

SEM MEDO DE SER FELIZ.

LULA
PRESIDENTE
VICE - BISOL

MOVIMENTO
DEMOCRÁTICO PRO
LULA PRESIDENTE



centro de comunicação gráfica do PT - DR/sp

Reprodução. Acervo FPA

De que autocrítica falamos

A presente edição do *Página 13* foi elaborada para circular no 7º Congresso Nacional do PT.

Participará do Congresso o companheiro Lula. Mas sua liberdade plena e definitiva virá apenas quando seus processos forem anulados e seus direitos políticos reestabelecidos.

Também por isso, não estamos entre aqueles que acham que “o pior já passou”. A situação segue muito instável e nossos inimigos seguem poderosos e sem nenhum tipo de respeito às “instituições”. Vide os acontecimentos recentes na Bolívia.

Apesar disso, há no PT e na esquerda quem queira interpretar a liberdade provisória de Lula como a senha para “baixar o tom”. Pensamos exatamente o contrário: a situação exige subir o tom em defesa do povo brasileiro, de seus direitos, liberdades e soberania.

Os que querem “baixar o tom” estão entre os que não perceberam que nossa derrota entre 2016 e 2018 está relacionada, não à radicalidade, mas sim às concessões e conciliações.

Por isso o tema da autocrítica segue atual. Há os que por variados propósitos exigem uma autocrítica, há os que a dizem já realizada, há os que a negam por diversos motivos. E há os que usam a palavra quase que para provocar.

Polêmicas a parte, fazer ou não autocrítica não altera o passado. Mas pode alterar o futuro.

Pois o que realmente deve estar em questão - ao menos para quem não confunde fazer autocrítica com busca de perdão - não é o reconhecimento ritual de eventuais erros passados.

O que realmente deveria estar em questão é saber se será mantida ou se será alterada, daqui para frente, a prática e

a linha política criticada por quem faz ou exige autocrítica.

É corrigindo a prática e a política que se faz a verdadeira autocrítica.

No caso específico do PT, a classe dominante, seus funcionários e mídias, quando exigem que o PT faça autocrítica, querem na verdade que o PT rompa seus vínculos com a luta regional, nacional, democrática, popular e socialista.

Essa autocrítica não faremos.

Mas também há setores da esquerda, que quando falam da necessidade de uma autocrítica por parte do PT, é com o objetivo de defender a necessidade de uma nova estratégia, que tenha êxito onde a outra falhou: na luta pelo poder e pelo socialismo.

Esta autocrítica precisamos fazer. Na prática. Mudando de estratégia.

Os editores ★

Há no PT e na esquerda quem queira interpretar a liberdade provisória de Lula como a senha para “baixar o tom”. Pensamos exatamente o contrário: a situação exige subir o tom em defesa do povo brasileiro.



Bolívia em disputa

Entre o socialismo comunitário e a restauração conservadora

■ Daniel Valença

Com a deterioração das condições de vida e os eventos denominados Guerra da Água, Guerra do Gás, Impuestazo e Levantamento Aimará, as classes subalternas bolivianas conseguiram conformar um bloco e traduzir inúmeras demandas econômico-corporativas em ético-políticas. Dessa maneira, Evo Morales foi eleito em 2005 com 53% dos votos defendendo a nacionalização do petróleo e gás e setores estratégicos, a convocação de uma assembleia constituinte e os direitos de povos e nações indígenas originários.

A Bolívia, em quase duzentos anos de história republicana, coleciona mais de 190 golpes de Estado, uma revolução nacional em 1952 e um poder paralelo durante a Comuna de La Paz (1971), além de inúmeras ditaduras. A partir de 1985, os partidos tradicionais conformaram a Democracia Pactada, acordo pelo qual, em eleições cujo o primeiro colocado não alcançasse 50% +1 dos votos, caberia ao congresso a nomeação do presidente. Dessa maneira, a eleição de 2005 representou também a primeira vez que o presidente era realmente eleito pelo voto popular.

À frente do governo, Evo nacionalizou o petróleo e gás, criou e/ou nacionalizou empresas estratégicas – em telecomunicações, aviação civil, etc. – e empresas sociais – processamento de leite, castanhas, etc. –, voltadas a impulsionar a economia comunitária; dessa maneira, uma economia anteriormente direcionada à exportação de commodities e controlada por multinacionais



Simpatizantes de Evo Morales carregam bandeira wiphala em protesto em La Paz, Bolívia - 14/11/2019 (Henry Romero/Reuters)

passou a estar sob controle do Estado (mais de 40% da economia) e com bases em um mercado de consumo interno. Para eles, estava em curso uma lenta transição em direção ao “socialismo comunitário”.

Como resultado, o país foi o que mais cresceu no continente ao longo da década; milhões saíram da miséria e da pobreza, o salário mínimo aumentou exponencialmente, garantiu-se 14º salário em todos os anos em que o crescimento esteve ao redor de 5%.

Além disto, o bloco camponês-indígena-popular conquistou a aprovação da Constituição em 2009, após uma tentativa fracassada de golpe de Estado em 2008. Em verdade, o texto aprovado pela assembleia constituinte (poder originário) em 2008 em Oruro foi modificado pelo senado (poder instituído), num recuo do governo para possibilitar a aprovação da constituinte sem um aprofundamento da crise ou possibilidade de guerra civil. Dentre

os recuos, destaque-se a retirada da possibilidade de reeleição limitada e a proibição de criação de latifúndios da data da promulgação da CPE em diante. A CPE criou o Estado Plurinacional, que afirma, ao mesmo tempo, uma orientação nacional-popular – com a centralidade do Estado na gestão da economia, domínio dos setores estratégicos – e indígena-comunitário, com a afirmação dos povos e nações indígenas.

O governo também buscou fazer a disputa da hegemonia, a partir da criação da Tv Bolívia, Jornal “Cambio”, incentivo a rádios comunitárias, e uma série de publicações de livros, revistas e eventos, especialmente a partir da Vice-Presidência.

Passados mais de uma década do que denominam “Proceso de Cambio”, o MAS/IPSP, buscou nova reeleição de Evo Morales.

Ao perder o referendo (às vésperas deste, explodiu o caso Zapata, em que se atribuiu falsamente um filho a Evo, episódio decisivo

Com 83% de votos apurados, Evo necessitaria ampliar sua vantagem em algo como 3% para conquistar a vitória em primeiro turno. Porém, como a maior parte dos votos que faltavam eram do campo, sendo estes majoritariamente do MAS/IPSP, não era uma conta impossível. Mas, a oposição já havia percebido que pelas urnas seria impossível a vitória e, então, iniciou a desestabilização em direção ao golpe de Estado.

para o resultado final: ao redor de 51% a 49% contra a emenda constitucional) que visava confirmar a mudança na constituição realizada pela Assembleia Plurinacional para possibilitar nova candidatura de Evo, o MAS/IPSP ingressou no Tribunal Plurinacional arguindo que a proibição a reeleição restringia direitos políticos. A corte boliviana acatou o pleito e Evo novamente se candidatou.

Na noite de realização do escrutínio, o órgão eleitoral divulgou que, com 83% de votos apurados, Evo necessitaria ampliar sua vantagem em algo como 3% para conquistar a vitória em primeiro turno. Porém, como a maior parte dos votos que faltavam eram do campo, sendo estes majoritariamente do MAS/IPSP, não era uma conta impossível. Mas, a oposição já havia percebido que pelas urnas seria impossível a vitória e, então, iniciou a desestabilização em direção ao golpe de Estado.

Ainda naquela noite, as primeiras sedes do órgão eleitoral foram incendiadas. Nos dias seguintes, grupos de direita armados, como a “Unión Juventud Cruceñista” em Santa Cruz e a “Resistencia Cochala” em Cochabamba promoviam o caos. O governo pedia paz, enquanto o golpismo avançava nas ruas, com a complacência policial. Evo, então, aceita a auditoria da OEA, órgão que terminou por cumprir papel central na justificação do golpe (de um lado apontava novas eleições como necessidade democrática e, de outro, não condenou o golpe de Estado). Pelos termos do acordo, o governo reconheceria o veredito da OEA, mas a oposição não se comprometia com o acordo, apontando que dele não participou.



Por todos os lados, a palavra de ordem é “Ahora sí, guerra civil”.

Ao longo da semana seguinte, os grupos de direita incendiaram sedes do MAS/IPSP, de organizações e movimentos sociais indígenas e camponeses. Enquanto o governo pedia paz e calma, o golpismo avançava, com sequestro de familiares de líderes do MAS/IPSP, tortura da prefeita de Vinto, incêndios criminosos de casas de governadores e até da irmã de Evo. Foi então que, em 09/11, a OEA se pronuncia dizendo não ser possível confirmar a vitória em primeiro turno, por graves problemas com atas, o que deveria levar a outra eleição ou segundo turno. Porém, a oposição já não estava mais com a pauta “novas eleições”, mas sim “renúncia imediata”. Evo anuncia que convocaria novas eleições, mas logo após é compelido pelo exército a renunciar. A renúncia é seguida por outras lideranças do partido.

A renúncia e, principalmente, a sua narrativa, não contribuiu para a resistência ao golpe. Ao contrário, a postura do governo ao longo dessa semana decisiva, de defender “a paz” enquanto o golpismo avançava nas ruas e as forças repressivas permitiam o avanço, deixou os movimentos sociais despreparados para a defesa contra o golpe.

O golpismo, porém, ao ir com sede ao pote e anunciar a possível prisão de Evo, de lideranças do MAS/IPSP e do órgão eleitoral e, principalmente, atacar a Wiphala – símbolo dos povos originários – fez o bloco camponês-indígena-popular retomar novamente o domínio das ruas. A Federação de Vecinos de El Alto bloqueou todos os acessos de La Paz; a CSUTCB, confederação de camponeses indígenas originários, e a COB, a central operária boliviana, convocaram para bloqueio geral do país até a derrubada do golpe.

No momento da escrita deste artigo, este bloco retomava o controle das ruas, assim como o MAS/IPSP voltava a dirigir a Câmara e o Senado. Por todos os lados, a palavra de ordem é “Ahora sí, guerra civil”. A repressão, porém, já matou ao menos 18 pessoas e prendeu ao menos 624. O triunfo do golpe segue indefinido, mas algumas reflexões já podem ser feitas.

Para o Imperialismo e as elites locais, nosso continente está eternamente condenado a uma inserção dependente no capitalismo internacional, com superexploração do trabalho de negros, indígenas e mulheres, e ausência democrática. Portan-

to, após quase duas décadas de governos progressistas, é preciso reposicionar o socialismo como objetivo estratégico das esquerdas no continente, senão, a tendência é a restauração, com imposição de uma nova ordem ainda pior que a anterior às nossas vitórias eleitorais.

Por outro lado, não bastam avanços jurídicos e econômicos, situados no campo da distribuição. É fundamental que o cerne do sistema capitalista seja atacado. Fortalecer experiências de fábricas ocupadas, de trabalho associado, desenvolver a organização política dos trabalhadores, especialmente os urbanos, superar o predomínio do valor de troca nas relações sociais nas cidades, a partir de iniciativas que centralizem o valor de uso – na cultura, na arte, nos espaços públicos, na mobilidade, etc. E, por fim, nenhum processo político pode descuidar-se de deter, em última instância, o poder coercitivo em suas mãos. ★

Daniel Araújo Valença é professor do curso de Direito da UFRSA, coordenador do Grupo de Estudos em Direito Crítico, Marxismo e América Latina - Gedic e militante do Partido dos Trabalhadores

Será possível um governo de esquerdas no estado espanhol?

■ Pere Petit*

No dia 10 de novembro (2019) foram realizadas eleições no estado espanhol para escolher os membros do Congresso dos Deputados. Na convocatória dessas eleições, após não conseguir nos meses anteriores apoios de outros partidos para formar governo, o presidente do Governo, Pedro Sánchez, e seu partido, o PSOE, acreditavam que lograriam ampliar o número dos seus deputados se aproximando à maioria absoluta no Congresso (176 deputados) que lhes permitiria governar em solitário sem ter que dividir o governo com outros partidos. Esperava o PSOE arrebataram um considerável número de deputados à coligação de esquerda *Unidas Podemos* e também aos partidos de direita, especialmente a Ciudadanos. Mas o resultado foi outro.

O PSOE, logrou 120, três deputados menos que nas eleições de abril de 2019, perdendo cerca 750.000 eleitores. Unidas Podemos, partido liderado por Pablo Iglesias, obteve 35, perdendo 7 deputados e cerca de 650.000 votos, compensados, na soma total de votos e deputados obtidos pelos partidos de esquerda, pela participação, pela primeira vez, de *Más País*, plataforma eleitoral liderada por Íñigo Errejón, ex-dirigente de Podemos, que obteve 3 deputados e cerca de 580 mil votos.

A debacle eleitoral de Ciudadanos apenas serviu para fortalecer ao direitista Partido Popular e, sobretudo, ao partido ultradireitista VOX: Ciudadanos perdeu 47 deputados, o PP aumento 22 e 28 VOX. Agora a soma de deputados de direita e ultradireita somam um total de 153 deputados: PP (89), VOX (52), Ciudadanos (10) e Navarra Suma/NA+ (2).

É de destacar também, sempre em comparação as eleições de abril/2019, a aumento de mais um deputado na soma total dos três partidos independentistas na Catalunya (total 23 deputados) e, mais um deputado que logrou a esquerda/independentista basca, representada por EH-Bildu (total 5 deputados). Vejamos (no gráfico abaixo) o número total de deputados por partidos no Congresso espanhol desde 2008 até as eleições de novembro de 2018.

Certamente, seria impossível tentar compreender os resultados das eleições na Espanha desde 2008, sem analisar algumas das principais mudanças sociais, econômicas e políticas ocorridas no país na última década, entre as quais destacamos: a) o impacto

no país da crise econômica mundial e a implementação das políticas neoliberais da Comunidade Econômica Europeia (CEE) e dos governos do PSOE e do Partido Popular; b) o incremento das desigualdades econômico-sociais entre ricos e pobres e o deterioro das condições de vida das “classes médias”; c) o surgimento de novos partidos (Podemos, Ciudadanos e Vox) que favoreceram, desde as eleições de 2015, o fim do tradicional bipartidarismo pelo controle do Congresso e do governo espanhol entre os dois principais partidos de âmbito estatal/espanhol, PP e PSOE; d) o crescimento do apoio popular à independência na Catalunya e a hegemonia dos partidos independentistas no Parlamento e no governo catalão.

Acordo de governo PSOE-Unidas Podemos

O líder do PSOE, Pedro Sánchez, assumiu o governo espanhol em junho de 2018 após ser aprovada no Congresso de Deputados a moção de censura contra Mariano Rajoy (PP). Também apoiaram a moção de censura os deputados de Unidas Podemos, Izquierda Unida, Compromís e os partidos nacionalistas bascos (PNV e EH-Bildu), catalães (ERC e PDE-CAT) e das Ilhas Canárias (Nueva Canárias). Votaram contra, o PP, Ciudadanos, Unión del Pueblo Navarro e Fuero de Astúrias.

Após as anteriores negativas do PSOE de aceitar a participação no governo de representantes de Unidas Podemos (UP), para surpresa de muitos, dois dias após

Composição Congresso de Deputados na Espanha: 2018-2019

PARTIDO	2008	2011	2015	2016	2019 abril	2019 nov.
PSOE (Partido Socialista Obrero Español)	169	110	90	85	123	120
PP (Partido Popular)	154	186	123	137	66	89
VOX	–	–	–	–	24	52
Unidas Podemos*	–	–	69	71	42	35
Ciudadanos	–	–	40	32	57	10
ERC (Esquerra Republicana de Catalunya)	3	3	9	9	15	13
JuntsxCatalunya**	10	16	8	8	7	8
PNV (Partido Nacionalista Vasco)	6	5	6	5	6	6
Euskal Herria Bildu (EH-B)	–	7***	2	2	4	5
Más País/Més Compromís****	–	–	–	–	–	3
Colectius de Unitat Popular (CUP)	–	–	–	–	–	2
Outros partidos	8	23	3	1	6	7
TOTAL DEPUTADOS	350	350	350	350	350	350

* Na soma total dos deputados eleitos por Unidas Podemos (UP) até as eleições de abril de 2019 foram incluídos os deputados eleitos nas candidaturas de En Comú Podem (Catalunya) e Més Compromís (Valencia). En Comú Podem continua fazendo parte de Unidas Podemos.

** Partido/Coalização eleitoral surgido da extinta Convergência Democrática de Catalunya (CIU).

*** Amaiur, coalização eleitoral independentistas do País Basco (eleições 2011).

**** Nas eleições de novembro de 2019, Més Compromís se integrou a Más País, bloco liderado por Íñigo Errejón, ex-dirigente de Podemos.

as eleições de novembro/2019, o PSOE e UP chegaram ao acordo de formar uma aliança de governo que seria presidido por Pedro Sánchez, se consegue os votos necessários nos debates de investidura, e Pablo Iglesias, fundador e principal liderança de UP, assumiria uma das três vice-presidências. No dia 14 de novembro/2019, Pablo Iglesias em carta pública à militância de Unidos Podemos, escrevia:

Anos atrás, os que sempre mandaram na Espanha nos falavam com arrogância que si queríamos modificar as coisas, deixássemos de protestar, criáramos um partido (...). Hoje, apenas cinco anos depois de criar esta ferramenta que é Podemos, vamos poder empezar a lograr esse objetivo (...): melhorar a vida do povo desde o Governo do nosso país (...). Esta tarefa não será fácil. Os partidos da direita e os braços mediáticos do poder econômico nos atacam com muita dureza a cada passo que demos, por pequeno que seja. Vamos a governar em minoria dentro de um Executivo compartilhado com o PSOE, no qual encontraremos muitos limites e contradições, e no qual teremos que ceder em muitas coisas.

Tanto o PSOE, como Unidos Podemos e também Izquierda Unida (IU), partido que faz parte de Unidos Podemos, consultarão aos seu filiados nos próximos dias para respaldarem o acordo entre o PSOE e UP. Em carta aos militantes socialistas, divulgada no dia 16 de novembro, Pedro Sánchez, afirma que o acordo com Unidas Podemos representa a vontade majoritária dos espanhóis, em construir um governo progressista no país. Segundo Sánchez, o acordo foi agora possível porque ambas forças políticas têm as necessárias garantias para instituir um governo baseado na lealdade e solidariedade governamental, especialmente nos assuntos econômicos e territoriais e não estimule o enfrentamento entre os espanhóis. Continua a carta:

Um governo comprometido com a igualdade entre homens

e mulheres, que defenda os serviços públicos e a coesão social, que aposte pelo crescimento e a inovação na economia, que avance no reconhecimento de novos direitos, que lidere a luta contra o câmbio climático, que fortaleça a coesão territorial desde o diálogo e as leis. Um governo progressista, um governo socialista, não se conforma com administrar o existente. Temos metas muito mais ambiciosas, como melhorar a vida das maiorias e construir um país mais justo e mais solidário. Somos, em definitiva, a esperança progressista para milhões de pessoas que contemplam com preocupação o crescimento da ultradireita. Uma ultradireita fortalecida pelos setores que dão cobertura às suas consignas contra pilares constitucionais tão essenciais como a igualdade de gênero, a liberdade de expressão, a proteção das minorias e ao Estado das Autonomias.

Cenários possíveis para Pedro Sánchez

Para que Pedro Sánchez (PSOE) logre ser eleito no primeiro turno do processo de investidura precisará o voto favorável de mais da metade dos 350 deputados, isto é, um mínimo de 176 deputados. No segundo turno da votação, apenas precisará obter mais votos favoráveis que contrários (maioria simples). A aliança entre o PSOE (120 deputados), Unidas Podemos (35) e Más País (3), soma um total de 158 deputados. Os partidos de direita e ultradireita somam 153 deputados: PP (89), VOX (52), Ciudadanos (10) e Navarra Suma/NA+ (2).

Após todos os partidos de direita já definiram que votarão contra a aliança entre o PSOE e Unidas Podemos, Pedro Sánchez precisará para ser eleito o voto favorável ou a abstenção da maioria dos deputados dos partidos regionalistas, nacionalistas e independentistas. Quase com toda certeza, logrará o apoio, já não primeira votação de investidura, dos deputados do Partido Nacionalista Vasco (6 deputados),

Coalición Canária (2), BNGalego (1), Teruel Existe (1), e, talvez, do Partido Regionalista de Cantábria (1). Os cinco deputados de EH-Bildu deverá optar seguramente pela abstenção.

Os dois deputados independentistas-anticapitalistas catalães do Colectius de Unitat Popular/CUP deverão votar contra a candidatura Pedro Sánchez, tanto na primeira como na segunda votação do processo de investidura, ao não apoiar o PSOE, a anistia dos presos políticos catalães e o direito da autodeterminação. Recorde-mos que no dia 14 de outubro de 2019, quatro semanas antes das eleições, o Tribunal Supremo da Espanha condenou, pelo delito de sedição, a um total de 100 anos de cadeia aos líderes independentistas catalães por convocar no dia 1 de outubro de 2017, o “ilegal” referendário de autodeterminação na Catalunya à revelia do governo e da justiça espanhola. Assim, para ser eleito presidente do governo e evitar a convocatória de novas eleições, Pedro Sánchez precisa da abstenção, no segundo turno, dos deputados dos partidos independentistas catalães Esquerra Republicana de Catalunya (ERC) e JxCatalunya (8 deputados), ou, como mínimo, dos 13 deputados de ERC.

Outro presente é possível para construir um futuro diferente

Os setores de esquerda e progressistas, especialmente da Europa e da América Latina e Caribe, ficamos, sem dúvida, muito felizes com uma nova vitória eleitoral da esquerda na Espanha e com a proposta de aliança de governo entre o PSOE e Unidas Podemos. Entretanto, muito terá que mudar o PSOE, se pretende modificar as políticas neoliberais que impõe a Comunidade Econômica Europeia e que foram, no geral, defendidas e implementadas na Espanha não apenas pelo Partido Popular (PP), mas também pelos governos do PSOE.

Muito terá que mudar também o PSOE se pretende avançar o diálogo, cada vez mais difícil, com os partidos e movimentos sociais que defendem a anistia aos presos políticos na Catalunya e no País Basco e o direito a decidir seu futuro como nação através de um referendário de autodeterminação. Referendário que é apoiado por cerca de 80% dos catalães, entre os quais a maioria de votantes de *Em Comú Podem* (Podemos) e que somente poderia ser legalmente realizado com um pacto político destinado a reformar a Constituição espanhola que proíbe explicitamente qualquer tentativa de quebrar a “unidade da Espanha”.

O PSOE e os partidos de esquerda e nacionalistas bascos e catalães temem que o fracasso da investidura de Pedro Sánchez e, portanto, a convocatória de novas eleições, possa beneficiar aos partidos de direita e aos “bolsonaros” espanhóis, assim, muitos acreditam que se logrará, ainda em dezembro, que Esquerra Republicana de Catalunya (ERC) facilite, com a abstenção dos seus deputados no Congresso, que Pedro Sánchez seja reeleito presidente do governo espanhol.

Talvez ERC ajude a convencer aos deputados de JuntxCatalunya, e, portanto, ao ex-presidente da Generalitat, Carles Puigdemont, hoje exiliado na Bélgica, e ao atual presidente do governo catalão, Quim Torra, para que não vote contra a investidura de Pedro Sánchez e optem pela abstenção. Entretanto, essa opção apenas será possível se Pedro Sánchez e o PSOE manifestam publicamente a sua vontade de abrir um processo de diálogo político com os partidos independentistas, pois, certamente, o “problema basco e catalão” nunca será resolvido ampliando a repressão aos independentistas e enfraquecendo ou tentando anular as instituições dessas Comunidades Autônomas. ★

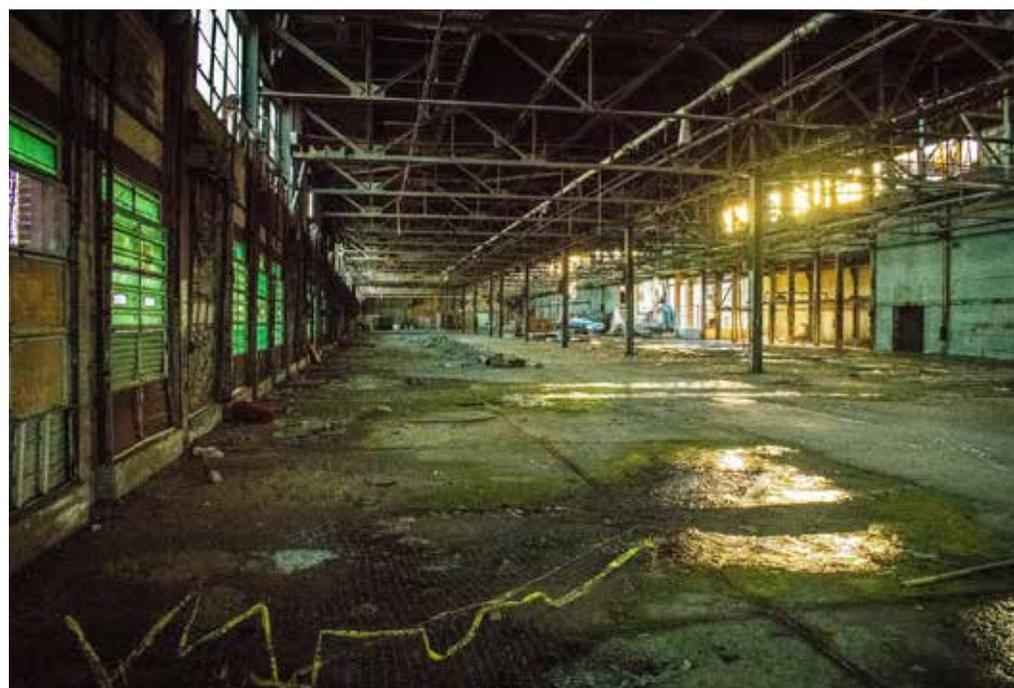
*Pere Petit é historiador, professor da UFPA (Belém)

A economia brasileira depois de 2016

■ Vítor Schincariol

Os principais aspectos macroeconômicos no país estagnaram ou mesmo deterioraram-se desde 2016. À já notável queda da taxa de crescimento do PIB per capita do país de 2010 a 2016, seguiu-se uma estagnação em 2017-2018, segundo o CEPAL-STAT. A inflação (INPC) acumulou 23% entre 2015 e 2018, mas a variação do salário mínimo chegou a apenas 21% no mesmo período, segundo o IPEADATA. A taxa oficial de desemprego saltou de 9,3% em 2015 a quase 15% em 2018, com aumento da concentração de renda. Segundo a PNAD-Contínua (IBGE), o número de desocupados cresceu de onze milhões de pessoas em janeiro de 2016 para 12,1 milhões no fim de 2018. Há então um alto desemprego estrutural, situação almejada pelos oligopólios para frear salários.

O crescimento da dívida do setor público, que já vinha se elevando desde 2011 devido à diminuição do ritmo de crescimento, não foi detido. O governo central acumulou sucessivos déficits primários e globais entre 2016 e 2018, com a dívida pública interna evoluindo de 66 a 67% do PIB, acompanhada de um significativo aumento da externa, que cresceu de 3,7% a 9,8% do PIB entre 2016-2018 (ver <<https://estadisticas.cepal.org>>). Note-se que os déficits primários do governo central -média de dez bilhões ao mês em 2018, segundo o Tesouro Nacional- adicionaram involuntariamente certa demanda efetiva à economia, mas tra-



Em 2016, 2.085 fábricas foram fechadas no Brasil

duzindo um baixo crescimento da arrecadação (ver <https://www.tesourotransparente.gov.br>).

Por sua vez, os dados das Contas Trimestrais do IBGE mostram que o país desindustrializou-se de forma consolidada. A tendência não foi revertida desde 2016. A indústria de transformação, que já perdera cinco pontos percentuais no PIB desde 2014, estacionou em 10%. A construção civil, um dos setores em que até então fortes grupos privados locais ainda tinham saliência face aos estrangeiros, também estancou em termos percentuais (5% do PIB). De fato os dados mostram que o próprio investimento como um todo estancou-se. A taxa de formação bruta de capital (máquinas, prédios e capital fixo em geral) caiu abaixo de 20% em 2017 e lá permaneceu. Para ter-se ideia mais clara, compare-se a situação do

país com a China. Esta tinha em 1999 um PIB aproximado de 1,1 trilhão de dólares, e o Brasil de 600 bilhões. Em 2018, a China atingiu um PIB aproximado de 13 trilhões de dólares, chegando o Brasil a apenas 1,8 trilhões no mesmo ano. Mesmo assim, a China continua a investir ao redor de 42% de seu PIB (ver <https://data.worldbank.org>).

Assim, a estagnação brasileira persistiu até hoje, numa clara demonstração da fragilidade do discurso daqueles que tomaram o poder em 2016. Ainda segundo os dados das Contas Trimestrais, a administração Temer, com exceção de involuntários déficits fiscais, nada fez para evitar o aumento do desemprego (ver a estabilidade da variável “consumo do governo”). Não se esboçou nenhum plano expansivo diante de uma dramática elevação da

Os dados das Contas Trimestrais do IBGE mostram que o país se desindustrializou de forma consolidada. A tendência não foi revertida desde 2016. A indústria de transformação, que já perdera cinco pontos percentuais no PIB desde 2014, estacionou em 10%.

taxa de desemprego. Pelo contrário, aprovou-se, numa cansativa reedição de dogmas neoliberais, uma mudança constitucional que de fato bloqueava o estado como um ente capaz de moldar qualquer projeto nacional de longo prazo. Economicamente, o Estado tornar-se-á cada vez mais um mero gestor diário de arrecadação e despesas para garantir o pagamento da dívida pública; juridicamente, ele está evoluindo num sentido crescentemente repressor das maiorias pobres. Neste sentido, a chamada “PEC dos gastos” foi uma das medidas mais restritivas já tomadas pelo poder público local, a denotar a amplamente favorável correlação de forças em favor dos detentores da dívida pública. Os financistas, sejam locais ou estrangeiros, asseguraram-se de forma aparentemente completa da gestão dos recursos públicos, garantindo que o Tesouro estancará em termos reais as “despesas” em educação e saúde -antessala de um projeto mais amplo de privatização.

Os momentos de crise são bons convites para a reflexão histórica. Como o país baixou a tanto, chegando ao ponto da eleição de representantes mentalmente doentes e criminosos racistas? Olhando de forma mais profunda, há o fracasso de todo um modelo econômico surgido desde o fim dos anos 1980, momento no qual o processo substitutivo de importações, que bem ou mal ainda vigorava, foi bloqueado pelas autoridades locais em conjunto com o FMI.

No lugar da industrialização financiada pelo capital internacional em vigor na ditadura civil-militar (1964-1989), o neoliberalismo trouxe a privatização dos ativos produtivos públicos e a retomada de um modelo de inserção externa mediante exportação de recursos primários, em vias de ser superado ao longo da década de (19)80. Depois de suas sucessivas crises em 1997, 1998, 1999



e 2001, o modelo neoliberal ganhou balões de oxigênio com a expansão do leste asiático, vista até recentemente. Neste período o PT governou o país e o modelo foi parcialmente revisto, com o fortalecimento de empresas e bancos públicos, paralelamente a uma melhoria fiscal parcialmente dada pelo aumento das exportações. Porém, não se evitou um processo de desindustrialização e uma internacionalização consolidada da economia, face a um consórcio oligopólico que agora une os tradicionais atores à China. Ao mesmo tempo, no momento atual, tornou-se claro que aquele intenso crescimento da economia chinesa está terminando. A taxa de investimento chinesa vem caindo e a norte-americana está estagnada (sendo bem menor que a chinesa, situando-se ao redor de 20% do PIB). Isto significa que economia brasileira se depara então com a seguinte situação estrutural: desindustrialização consolidada e permanente dependência da exportação de recursos naturais; estado enfraquecido como entidade propulsora da acumulação de capital; fracas perspectivas para o cres-

cimento do comércio exterior e nenhum projeto de crescimento do mercado interno mediante políticas redistributivas. No nível político, a classe trabalhadora não está neste momento à altura do ataque posto por seus inimigos internos e externos.

Os dados de balanço de pagamentos mostram uma economia dependente (ver <https://cepalstat-prod.cepal.org/>). Mesmo com a enorme queda do crescimento dos últimos anos, a fazer cair as importações, a conta de transações correntes com o exterior segue sendo negativa. De fato, o país exportava 37 bilhões de dólares em bens e serviços em fins de 2016 e apenas 39 bilhões no início de 2019 (com ligeiras variações), traduzindo o mencionado cenário global cadente e fraca capacidade competitiva. Destas exportações, uma parte relevante era formada de recursos naturais não-renováveis -minério de ferro, petróleo etc.. Este padrão de inserção ainda é dado como uma necessidade natural pelos oligopólios. Porém, os limites e riscos do “modelo” são hoje mais claros. A exportação de minerais e recursos naturais está entropica-

Os financistas, sejam locais ou estrangeiros, asseguraram-se de forma aparentemente completa da gestão dos recursos públicos, garantindo que o Tesouro estancará em termos reais as “despesas” em educação e saúde -antessala de um projeto mais amplo de privatização.

mente fadada a acabar. No curto prazo, exportar tais recursos exige água e energia abundantes -levando assim a enormes perdas invisíveis de comércio exterior-, além de desmatamento, enormes crateras, e desastres periódicos como os de Minas Gerais.

A exportação desproporcional de tais recursos valoriza artificialmente a taxa de câmbio e atua como um desestímulo à produção intensiva em tecnologia e força de trabalho qualificada. Nestes termos, a exploração da chamada camada pré-sal também inevitavelmente levará a vazamentos na costa sudeste e sul do Brasil, com danos irreparáveis. Reconheçamos modestamente que o otimismo inicial depositado no pré-sal era equivocado. Administrado em termos soberanos e ambientalmente adequados, o petróleo pode de fato se converter em um mola de desenvolvimento industrial, como tentou Hugo Chávez na Venezuela; mas nos termos em que está posto -enfraquecimento da Petrobras e da regulação do estado-, serve mais como um atrativo para a ingerência estrangeira e para a prorrogação de um modelo ex-

portador de recursos naturais que manterá o subdesenvolvimento, sem mencionar a contaminação potencial do ambiente.

Com efeito, o país foi um dos que mais recebeu investimentos diretos estrangeiros na região nos últimos anos. Supostamente, tal denotaria algo positivo. Foram 389 bilhões de dólares em investimentos diretos e quase duzentos bilhões em investimentos em carteira (diversos tipos de investimento financeiro) entre 2012-2016. Mas a aceitação acrílica da hipótese dos benefícios da poupança externa não pode esconder os óbvios problemas subjacentes do modelo aberto/periférico. Neste sentido, note-se que o fluxo de recursos ao exterior em forma de rendas somou, no caso dos investimento diretos, 139 bilhões de dólares e 94 bilhões de dólares sob o conceito de rendas de investimentos em carteira entre 2012 e 2016 (ver CEPAL-S-TAT). Segundo o IPEADATA, a formação bruta de capital do país, calculada em dólares a uma taxa de câmbio de quatro reais, somaria aproximadamente 1,3 trilhões de dólares entre 2012-2016; assim, um montante que equivale a quase 20% do valor do total de investimentos reais no período fugiu para os bancos do exterior, sob o manto da sagrada liberdade de movimento de capitais. Poder-se-ia perguntar porque os oligopólios e a elite local deveriam desfrutar deste direito, enquanto a migração de mão-de-obra é fortemente bloqueada nos centros.

A questão não se refere apenas a decisões de investimento e a perdas externas, visíveis e invisíveis. Com o aumento da internacionalização na época da chamada “globalização”, a economia tornou-se ainda mais exposta a contágios vindos de crises alheias, como se viu periodicamente na história econômica recente. Sob um aporte crescente de capital externo e câmbio flutuante, não só o câmbio valorizou-se de forma exacerbada e negativa à produção doméstica.



Há crescente ingerência estrangeira no país e na região, sob o resguardo dos serviços de inteligência, inclusive no que se refere à desestabilização direta de governos progressistas. É óbvio que em uma economia periférica internacionalizada, tanto a legislação de trabalho como as despesas públicas, bem como a própria vida política do país, interessam crescentemente aos oligopólios. Assim, buscarão eles influir de todas as formas para moldar as condições locais a seus interesses (baixos impostos, baixos salários, mobilidade de capital, pressão sobre governos nacionalistas etc.). Isto se intensifica nas crises do centro, quando é necessário repassar custos à periferia, como em 2008.

Como sabemos, sempre houve no seio da esquerda brasileira muitos debates sobre a natureza do sistema econômico vigente no país e sobre a estratégia a ser adotada na luta pela independência nacional, pela justiça social e pelo socialismo. Teoricamente, empresários e trabalhadores poderiam ter um destino comum no ambiente democrático, mesmo num hipotético socialismo “de mercado” que nunca se aventou (ver artigo 1 do estatuto do PT). É claro que havia e segue havendo uma verdade nesta supostamente possível aliança: o país deveria ter empresas nacionais estáveis e dar certo espaço à iniciativa privada, de preferência em pequena e média escala, ao lado de um estado forte e soberano e serviços públicos decentes. Mas, tal como no passado, diante de um novo aguçamento do conflito distributivo, a assim chamada “burguesia nacional” novamente aliou-se em bloco ao golpismo e tolerou decisões que, em parte, prejudicaram alguns de seus

A essência do neocolonialismo ontem e hoje é que há setores do próprio Estado e das classes sociais locais que lucram com a condição de intermediários de interesses estrangeiros.

próprios grupos (Odebrecht etc.). No calor de uma crise, seus vínculos de classe internos e mesmo externos são mais fortes do que eventuais alianças circunstanciais com a massa trabalhadora. Vimos novamente então como esses vínculos entre os grupos dominantes, e destes com o capital internacional, impediram a continuação de um projeto desenvolvimentista sob o governo de Dilma. Isso ocorreu porque não há uma “fração industrial” isolada da burguesia; na verdade, a indústria -mais prejudicada pela crise- é apenas um segmento da ampla carteira de investimentos do capital oligopolista e conglomerado, local e estrangeiro, que compensa suas eventuais perdas em bens tangíveis com ganhos financeiros, imobiliários etc.. Essa crença num apoio de uma suposta “fração de classe” da burguesia foi destruída na aceitação em bloco que o golpe recebeu, devendo ser descartada.

Como vimos, quando o país sofreu um novo abalo no bojo de mais uma crise externa e da semi-estagnação global subsequente (2008-2018), o conflito distributivo instalado foi resolvido numa reedição do autoritarismo e num ataque aberto à classe trabalhadora (volta do desemprego estrutural, precarização das leis de trabalho e queda do salário real). Este autoritarismo desta vez não tem qualquer projeto que não o da espoliaçãoocurto-prazista da massa pobre em favor do grande capital local e externo, numa verdadeira “acumulação por despossessão” num ambiente sem perspectivas de expansão das forças produtivas locais -a traduzir uma condição neocolonial. A forte divisão política do país e os laços de dependência da burguesia permitiram sucessivas vitórias

fáceis para as potências globais, que viam num eventual fortalecimento regional brasileiro um perigo geopolítico: daí a quebra da construção civil e naval nacional; a perda de proeminência da Petrobras; o ataque ao submarino nuclear; a desmoralização do Mercosul etc..

Aparentemente, é absurdo pensar que haja um interesse em colapsar o estado brasileiro em função do consórcio multinacional oligopolístico que controla efetivamente a economia do país. Mas a essência do neocolonialismo ontem e hoje é que há setores do próprio Estado e das classes sociais locais que lucram com a condição de intermediários de interesses estrangeiros. Neste sentido, o conflito perene que se instalou desde 2013 tem atuado como enorme fator de enfraquecimento do país, para deleite das potências globais e do grande capital (“dividir e reinar”), com amplos prejuízos ao povo pobre e mesmo à chamada “classe média”. À luz disto, o campo progressista deveria evitar enfrentamentos desnecessários com a pequena-burguesia e eventuais setores igualmente descontentes com o desmonte do país (inclusive nas Forças Armadas, na Igreja Católica etc.). Mas deve ao mesmo tempo basear sua eventual estratégia de hegemonia política futura num renovado esforço de politização em massa do povo pobre, enfatizando a consciência de classe e a luta anti-imperialista. Isto implica descartar ilusões ideológicas e alianças débeis, destacando a classe trabalhadora como o principal ator capaz de liderar uma luta contra o neoliberalismo, o fascismo e o imperialismo. ★

Vítor Schincariol é professor da UFABC

Organizar o pessimismo para derrotar a barbárie

■ Bruno Costa

O período histórico que atravessamos foi simbolicamente inaugurado pela falência do banco Lehman Brothers. Naquele fatídico dia 15 de setembro de 2008, o mundo do capital financeiro desabou, as premissas do liberalismo econômico foram rapidamente deixadas de lado para que os Estados nacionais pudessem socorrer as instituições financeiras, as classes proprietárias desencadearam uma ofensiva contra os direitos das classes trabalhadoras nos mais diversos recantos do planeta e a disputa de hegemonia no cenário geopolítico global adquiriu novos contornos, sobretudo em virtude do declínio relativo da hegemonia dos Estados Unidos e do seu empenho em evitar a consolidação de um mundo multipolar.

É nesse cenário que os manuais de desestabilização de governos não alinhados aos EUA são colocados em prática, em especial na América Latina, onde experiências de governos liderados por forças políticas progressistas contribuíam para o declínio relativo da hegemonia estadunidense. É nesse contexto que as classes proprietárias escancaram seu DNA golpista, seu histórico descompromisso com a democracia e seu apreço pela violência. É nesse ambiente que as ilusões republicanas, pacifistas, eleitoralistas e conciliatórias das esquerdas são colocadas em cheque.

Os golpes de Estado materializados em Honduras (2009), no Paraguai (2012), no Brasil (2016) e na Bolívia (2019), assim como a tentativa permanente

de golpe de Estado na Venezuela, revelam o nível de acirramento da disputa de classes na América Latina e no mundo.

O governo Bolsonaro, derivado do golpe de Estado operado em 2016, da prisão política do ex-presidente Lula e de uma campanha eleitoral fraudulenta, possui objetivos bem definidos, que não se limitam à implementação da agenda econômica ultraneoliberal comandada pelo Paulo Guedes e operada pelo Rodrigo Maia no Congresso Nacional. Trata-se de um projeto de poder que busca, em última instância, banir a existência das esquerdas e das organizações políticas das classes trabalhadoras.

O clã Bolsonaro é a caricatura brasileira de uma extrema-direita que avança em escala global, como resultado da crise do capital, da deterioração das condições de vida das classes trabalhadoras e da crise da utopia revolucionária.

Achar que é possível superar esse estado de coisas no Brasil através da próxima eleição presidencial, de uma repactuação entre capital e trabalho ou de uma ampla frente democrática envolvendo frações das classes dominantes significa capitular ao melhorismo e antecipar a próxima derrota, pois o lado de lá já demonstrou inúmeras vezes que tem unidade para acelerar o processo desconstituente em curso e consagrar a soberania do capital financeiro.

Explorar a desmobilização das massas espoliadas como justificativa para a conciliação de classes ou para o exercício de



A recente libertação do ex-presidente Lula não pode ofuscar nossa visão. A caçada contra Lula e as esquerdas persiste

uma oposição moderada seria mais do que desonesto, uma vez que cabe justamente às esquerdas semear, no cotidiano da ação política, dentro e fora da institucionalidade, a organização e a mobilização das massas.

Aqueles que, três anos antes, vislumbram que a via argentina, marcada pela recente vitória eleitoral peronista, será reconstituída no Brasil, precisam olhar para os últimos acontecimentos na Bolívia e entender que somente a organização e mobilização das classes trabalhadoras poderá garantir a soberania do voto popular e conter a escalada autoritária.

Motivos não faltam para que as organizações políticas das classes trabalhadoras convoquem uma agenda intensa e permanente de mobilização popular. O já mencionado processo desconstituente engloba não apenas a recém-promulgada reforma da previdência, mas também o aprofundamento da reforma trabalhista, a reforma administrativa e a chamada reforma do pacto federativo, que são facetas de um novo modelo de Estado, marcado pela soberania do capital financeiro, pela precarização e privatização dos serviços públicos, pela máxima exploração das classes trabalhadoras e pela naturalização da miséria.

Ademais, testemunhamos com relativa passividade um intenso processo de privatização do patrimônio nacional e constantes tentativas de supressão de direitos civis e políticos. A recente libertação do ex-presidente Lula não pode ofuscar nossa visão. A caçada contra Lula e as esquerdas persiste, e o governo Bolsonaro entende perfeitamente o potencial de mobilização do ex-presidente Lula, não por acaso ameaça explorar a Lei de Segurança Nacional para interdita-lo novamente.

Faz-se urgente e necessário, portanto, organizar o pessimismo para derrotar a barbárie, mas também para derrotar as próprias ilusões das esquerdas. Lula reassume a condição de forjar esperança e mobilização e de liderar a construção de um projeto de nação, e o Partido dos Trabalhadores continua sendo o principal instrumento de organização das classes trabalhadoras, e por isso mesmo o principal adversário das classes proprietárias nativas e de suas ramificações internacionais. São tempos de guerra. Não podemos sabotar a utopia que é capaz de colocar em movimento nossas tropas. ★

Bruno Costa é militante do PT-DF

Base de Alcântara em debate

■ Marcos Jakoby

Desde que a burguesia abandonou sua linha política, na qual “tolerava” a existência de um governo das forças democráticas e populares, embora fizesse oposição, e resolveu partir para a radicalização golpista, afirmávamos que tal comportamento tinha um triplo propósito, seja por meio da direita tradicional ou por meio da extrema-direita: 1) reduzir a remuneração direta e indireta da classe trabalhadora; 2) reduzir as liberdades democráticas; 3) reduzir a soberania nacional e subordinar a política externa brasileira aos EUA.

Os onze meses de governo Bolsonaro comprovam tal diagnóstico. Foram inúmeros ataques aos trabalhadores e ao povo brasileiro em consonância com o programa neoliberal, hegemônico na burguesia, nos setores médios e com influência e adesão em parcelas da classe trabalhadora. Num cenário como esse, cabe às esquerdas agirem com muita lucidez e demonstrarem, em todas as ações e gestos, o caráter de classe e nefasto das medidas do governo e da coalizão golpista. Opor-se, sem vacilação, conciliação ou capitulação, ao programa das classes dominantes, evidenciando o seu aspecto antipopular, antidemocrático, reacionário e entreguista.

Pois bem, no âmbito da soberania nacional, a ofensiva das elites também tem nos imposto muitas derrotas. Um dos últimos ataques desferidos, estamos falando da aprovação do Acordo de Salvaguardas Tecnológicas

(AST) do Centro Espacial de Alcântara com os EUA, contou ainda com um agravante: a adesão de parte da esquerda. Uma luta travada há bastante tempo evitou que um acordo entreguista desta natureza fosse concretizado ainda em períodos anteriores. Mas agora, num contexto de governo de extrema-direita, que tem se revelado como um dos mais subordinados ao imperialismo em toda nossa história, sofremos essa dura derrota.

O Acordo foi assinado por Bolsonaro e Trump no dia 18 de março e permitirá aos EUA utilizarem a base de Alcântara, no Maranhão, para o lançamento de foguetes e satélites. No dia 21 de agosto, a Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados aprovou relatório acerca do Acordo. PT e PSOL votaram contra, enquanto PSB, PDT e PC do B votaram favoravelmente, embora com ressalvas. Essa divisão no campo da esquerda gerou várias interpretações e justificativas.

Uma das linhas de argumentação, dos que votaram favoravelmente, é de que se trata de um acordo técnico, que visa simplesmente resguardar a tecnologia dos norte-americanos, que dominam o setor. Que é um acordo que vários países realizam e não impede que façamos também com outros países. E que, portanto, não viola a soberania nacional. E se isso acontecesse, caberia às instituições do Estado brasileiro agirem.

Em outros textos a respeito (www.pagina13.org.br), temos

Não há previsão nenhuma de transferência de tecnologia para o Brasil, o que poderia ser atrativo para o desenvolvimento do setor. A lógica do acordo é justamente a oposta. Há cláusulas que limitam o uso dos recursos obtidos com o acordo no desenvolvimento do programa aeroespacial brasileiro.



reiterado o equívoco deste posicionamento, basicamente pelas seguintes questões:

a) o acordo estabelece os termos para o uso de parte de nosso território por uma reconhecida potência imperialista, que historicamente agiu em nosso continente, e em nosso país, para impor os seus interesses, seja por meio da espionagem, seja apoiando golpes militares, seja financiando organizações reacionárias e golpistas, ou seja pela sua presença direta. Não podemos esquecer: recentemente, há poucos anos, ficamos conhecendo a espionagem eletrônica norte-americana sobre a Petrobrás e a ex-presidenta Dilma. Ainda não podemos desconhecer a situação política de momento do nosso continente.

b) o acordo é entre Brasil e EUA, e mesmo a base sendo em nosso país, os norte-americanos impõem condições e critérios para que outros países a usem. Em outras palavras, não teremos plena soberania para definir quais são outras nações que poderão também usarem a base.

c) não há uma cessão formal da base aos norte-americanos, mas o acordo estabelece que “apenas pessoas autorizadas pelo Governo dos Estados Unidos da América deverão ter acesso aos veículos de lançamento (...) (nas) áreas restritas. (...) (O) livre acesso a qualquer tempo, para inspecionar, nas áreas controladas e restritas (...) O acesso às Áreas Restritas deverá ser controlado pelo Governo dos

Estados Unidos da América”. Ou seja, na prática estamos cedendo o controle de parte sensível da base.

d) embora o acordo seja para fins comerciais e não militares, ele estabelece que cabe ao governo dos Estados Unidos da América, conforme a sua legislação, permissão (e não obrigatoriedade) aos seus funcionários ou representantes fornecerem informação ao governo brasileiro acerca da presença de materiais radioativos ou outras substâncias potencialmente danosas ao meio ambiente ou à saúde humana, que possam estar presentes nos veículos de lançamento, espaçonaves ou equipamentos dos Estados Unidos.

e) não há previsão nenhuma de transferência de tecnologia para o Brasil, o que poderia ser atrativo ao Brasil para o desenvolvimento do setor. A lógica do acordo é justamente a oposta. Há inclusive cláusulas que limitam o uso dos recursos obtidos com Acordo no desenvolvimento do programa aeroespacial brasileiro.

f) outro aspecto do acordo: lideranças quilombolas do município de Alcântara alegam que, mediante expansão da área do Centro de Lançamento Espacial de Alcântara, o acordo representará uma ameaça ao modo de vida de mais de 800 famílias que vivem no litoral. Segundo as lideranças, o acordo implicará no deslocamento para o interior de cerca de 27 comunidades tradicionais. A migração causaria risco à subsistência das famílias, uma vez que as principais fontes de renda são a pesca marinha e a agricultura.

Numa matéria em seu site (PCdoB faz ressalvas ao acordo, mas vota favorável à base de Alcântara“), visando justificar a sua posição, o PC do B alega que “se a qualquer momento no curso da aplicação do Acordo houver prejuízos ao país, à sua

soberania, o Acordo deve ser denunciado, ou seja, extinto”. Mas levando o raciocínio mais à frente: quem vai “exercer a soberania” e dizer para os americanos que por eventuais ações terão que se retirar, o Exército brasileiro, que vem se mostrando totalmente entreguista e subserviente aos EUA, o STF e o judiciário que operaram a Lava-jato em conluio com aparatos de estado dos EUA, o parlamento brasileiro, que sempre foi conservador em sua maioria e alinhado aos EUA? E se os americanos disserem que não?

A orientação e o voto da bancada do PT foi votar contra. Porém, o deputado Zé Carlos (MA) optou em não seguir a orientação partidária e se absteve da votação no plenário da Câmara dos Deputados. Como procuramos demonstrar, há um conjunto de questões graves que integram o Acordo. O PT e a sua bancada corretamente identificaram tal situação e definiram posição contrária ao projeto. Por isso, consideramos grave a atitude do deputado em não seguir a orientação sobre o tema. O que se pode esperar é que a bancada federal e a direção nacional do Partido tratem do assunto e tomem as medidas cabíveis.

Por fim, reafirmamos que o voto favorável dos parlamentares do PC do B, PDT e PSB se trata de um equívoco político. O voto destes foi usado pelos representantes do governo Bolsonaro como demonstração de que o acordo seria bom, pois conta inclusive com apoio de parte da oposição. Isto é, esses votos deram mais legitimidade para um ato que consideramos entreguista, concluído com a aprovação no senado no último dia 12. Então, o que realmente ganhamos com esse acordo? Talvez alguns recursos para o “desenvolvimento regional”? Por isso, vista a situação de conjunto, reiteramos a pergunta: mas a qual custo? ★

Marcos Jakoby é militante petista e professor

Em defesa do SUS

O Setorial Nacional De Saúde do PT aprovou, em setembro de 2019, um Manifesto “Em Defesa dos Direitos Sociais! Por um SUS público, universal e de qualidade!”. Veja abaixo a íntegra do texto.

Nós, filiadas e filiados do Partido dos Trabalhadores, militantes socialistas, consideramos estratégico que, na perspectiva de aprofundar o diálogo com nossa base social, o partido assuma a defesa do SUS como uma prioridade política e programática no 7º Congresso Nacional do PT, fortalecendo a oposição ao governo Bolsonaro, reafirmando o papel dirigente do PT na organização do movimento de massas e reconstruindo nossa hegemonia na sociedade com vistas a disputa eleitoral de 2020.

Considerado o principal problema do país, desde o golpe parlamentar contra Dilma, o direito à saúde está cada vez mais sendo negado às classes populares e médias. O SUS passa por um processo acelerado de desmonte, marcado pelo desfinanciamento e pela privatização, uma pá de cal em seus princípios constitucionais da universalidade, integralidade, equidade e da democracia participativa, comprometendo a vida de 210 milhões de brasileiras e brasileiros.

Na verdade, com seu projeto fascista e neoliberal, o governo Bolsonaro quer destruir o SUS, reduzindo a presença do Estado e o acesso da população, como foi o caso do abandono do Programa Mais Médicos, desprezando o combate à desigualdade e a pobreza, focalizando a atenção básica – que é a pedra fundamental da arquitetura do sistema universal de saúde, e privatizando a média e alta complexidade com a proposta do “credenciamento universal de médicos”.

Nesse sentido, com o objetivo de barrar esse projeto, construída pelos partidos de oposição, movimentos sociais e entidades do movimento da reforma sanitária presentes na 16ª Conferência Nacional de Saúde, o Conselho Nacional de Saúde aprovou resolução, apoiando uma jornada de lutas com as seguintes reivindicações:

- Revogação da Emenda Constitucional 95;
- Revogação da reforma trabalhista;
- Oposição à reforma da previdência; e
- Defesa frente aos ataques contra a educação pública e o meio ambiente.

O Setorial Nacional De Saúde Do PT teve importância decisiva na construção desse processo e a futura direção do partido precisa reconhecer o papel que o setor saúde pode cumprir, por exemplo, para mobilizar forças sociais e políticas pela mudança da política econômica, a partir da revisão do teto que congelou as despesas com gastos sociais por vinte anos e da defesa da soberania nacional com a manutenção e ampliação das políticas de incentivos para o fortalecimento complexo médico-industrial brasileiro.

Neste quadro, defendemos que essa proposta seja pautada e discutida nas diversas etapas do 7º Congresso Nacional, visando a aprovação de deliberações que consolidem a posição do PT na defesa da saúde como um direito social da população brasileira. ★

Balanço do 13º Concut

A hora é de organizar a classe e botar o bloco nas ruas!

■ Jandyra Uehara Alves

A derrota do golpismo depende da luta do povo brasileiro. O tempo que vai durar a ofensiva conservadora e o desenlace desta luta em favor da classe trabalhadora depende em grande medida da linha política e da ação prática das organizações da classe, a começar pelo PT e pela CUT. Foi com esta perspectiva que participamos do 13º Concut – Congresso LULA LIVRE e é a partir deste ponto de vista que realizamos um balanço preliminar dos seus resultados.

O 13º Concut – Congresso LULA LIVRE realizado de 7 a 10 de outubro na Praia Grande, São Paulo refletiu os impactos no movimento sindical dos retrocessos políticos, econômicos e sociais da conjuntura pós golpe no movimento sindical: o refluxo das lutas sindicais e sociais, os impactos da Reforma Trabalhista e do fim do imposto sindical e a deficiência de direção política que marcou a CUT, especialmente depois do primeiro semestre de 2017 após a exitosa greve geral de abril de 2017.

Evidentemente, tanto em 2018 como em 2019 houve momentos importantes de mobilizações a exemplo do levante da educação em maio e a greve geral de junho, que contribuíram para o processo de acúmulo de forças, mas que não configuram de conjunto um processo crescente e consistente de ascenso das lutas sociais e sindicais. Tanto é que a antirreforma da previdência foi aprovada com baixa capacidade de resistência e mobilização das categorias organizadas.

A aprovação da Reforma Trabalhista e o fim do imposto sindical e os seus impactos na



CUT e nos sindicatos; a derrota antecipada na reforma da previdência; os reflexos dos ataques do governo Bolsonaro em todas os setores organizados, num contexto de baixa mobilização e luta social, bem como, a permanência no núcleo central da corrente majoritária que dirige a CUT de uma estratégia baseada na conciliação de classes são ao nosso ver os principais fatores das debilidades políticas e organizativas verificadas no 13º Concut.

O processo de construção do 13º CONCURTO teve início após a decisão da direção nacional da CUT sobre a realização dos congressos estaduais (CECUTs) depois do Congresso Nacional. Esta decisão se baseava em dois argumentos centrais: 1) a conjuntura do primeiro semestre de 2019, com a pauta da reforma da previdência, perspectiva de greve geral e a necessidade dos sindicatos, Cuts estaduais e ramos estarem totalmente dedicados às tarefas de mobilização; 2) a necessidade de aprovação de mudanças na estrutura organizativa e no próprio estatuto que conferissem maior

autonomia às CUTs estaduais e possibilidades de reestruturação e reorganização na conjuntura de ataques à organização sindical.

A decisão de inverter a ordem dos congressos foi um fator determinante para que na prática os temas do Congresso não fossem debatidos o mais amplamente possível pelo conjunto do movimento sindical cutista de modo que as diferentes posições pudessem se apresentar – processo fundamental para a produção de sínteses coletivas que representem o debate realizado nas bases, não apenas nas direções da CUT.

Os três eixos que organizaram os debates do Congresso foram:

1) Derrotar a coalizão de forças golpistas, defender os direitos, a democracia e a soberania nacional 2) Intensificar a luta pelo desenvolvimento sustentável com soberania popular, igualdade e valorização do trabalho 3) Ampliar a representação e fortalecer a organização, com a atualização do projeto organizativo da CUT.

No entanto, nenhum destes eixos foi debatido com a profundidade que a situação política do país requer e tão pouco foram aprovadas resoluções à altura dos desafios, o Congresso não foi muito além do diagnóstico da situação e de um inventário das lutas gerais e setoriais que a CUT deve organizar.

Há no interior da CUT posições divergentes sobre o balanço do movimento sindical nos governos Lula e Dilma, na caracterização do governo Bolsonaro e principalmente sobre qual estratégia deve ser adotada contra a coalizão golpista. Some-se a isto o crescimento e o fortalecimento do corporativismo e da burocratização no interior da central, com o hegemonismo acachapante do condomínio de interesses de setores, grupos, corporações que organizam a Articulação Sindical, tendência que controla cerca de 75% dos sindicatos cutistas e cujas disputas internas desestabilizaram o Congresso, uma vez que prevaleceram as disputas corporativas e de espaço nas estruturas em detrimento da composição de uma direção política capaz de dirigir a classe trabalhadora.

Prevalece ainda, em setores da corrente majoritária, uma visão da Central como protagonista nos processos de concertação política com setores e frações da burguesia, sem levar em conta que a unidade do lado de lá está justamente no programa de ajuste ultraneoliberal e que só conseguiremos derrotar a política econômica a partir da correlação de forças construída com as classes trabalhadoras em luta, organizadas e mobilizadas e que isto depende em grande medida da ação da CUT.

Portanto, torna-se indispensável superar a influência e os reflexos no movimento sindical cutista de uma estratégia partidária centrada em disputas eleitorais e limitada pelo objetivo de ser governo e não de conquistar o poder, onde a ação institucional e a atuação nas esferas de concertação política prevalecem sobre a organização, a luta social e a luta de classes.

Para que a CUT tenha uma política sindical à altura da conjuntura é fundamental aprofundar o debate político, discutir as táticas de enfrentamento e as formas de luta para derrotar o governo de extrema direita e construir uma sólida unidade em torno de uma política de enfrentamento à coalização golpista. Avançar na defesa das nossas organizações contra a criminalização da ação

política e o enfraquecimento do movimento sindical, na luta pela democracia associada à luta pelos direitos econômicos e sociais e à soberania nacional.

Isto exige da direção da CUT um nível de revolução política e organizativa que passaram distante do 13º Congresso: mudar a sua organização, funcionamento, métodos de trabalho e de direção; organização na base, relação com as classes trabalhadoras, mobilização e luta sindical; conteúdos e práticas de comunicação e formação política de base e de dirigentes; organização nos locais de trabalho ampliados e adaptados à nova realidade; política de organização junto a quem foi empurrado para o desemprego e a miséria.

O cenário na América Latina é de lutas e resistência das classes

trabalhadoras, ao mesmo tempo em que ofensiva conservadora e imperialista dá sinais de recrudescimento e as perspectivas são de continuidade da crise econômica. Os sucessivos e cada vez mais violentos ataques de Bolsonaro aos direitos com reforma trabalhista embutida na MP 905, os ataques aos trabalhadores do setor público e às políticas sociais nas PECs do ajuste fiscal de Guedes e a anunciada reforma sindical precisam ser combatidas a partir da organização e da luta classe trabalhadora, com mobilização social.

Lula saiu da prisão, o que é uma vitória que anima as nossas fileiras, mas segue a luta por Lula definitivamente Livre, com os processos anulados e plenos direitos políticos, o que permanece central na luta pela democracia e

indissociável das lutas por direitos e pela soberania nacional.

Caberá a uma direção eleita num Congresso que pouco avançou nas suas formulações, construir a unidade necessária na direção e nos sindicatos para priorizar, organizar e impulsionar as mobilizações e as lutas da classe trabalhadora, colocar os sindicatos em ação e as bases organizadas nas ruas, o que é fundamental para a mudança na correlação de forças que assegure derrotar o governo fascista de Bolsonaro e o programa antidemocrático, entreguista e ultraneoliberal da coalização golpista e viabilizar uma saída política para construir um Brasil democrático, popular e socialista. ★

Jandyra Uehara Alves é da Executiva Nacional da CUT

O Renova Andes na ordem do dia

■ **Mariuza Aparecida Camillo Guimarães**

Em fevereiro (04 a 08) de 2020 acontecerá o 39º Congresso do ANDES Sindicato Nacional. Esse Congresso acontece em um período em que ataques sem precedentes ocorrem contra os serviços públicos brasileiros, em especial contra as universidades e a produção científica. Nesse contexto, o Fórum Renova Andes se reuniu nos dias 8 a 10 de novembro, em Brasília para discutir a conjuntura, organizar a intervenção no 39º Congresso e discutir o projeto eleitoral do sindicato em 2020.

As discussões empreendidas pelo Renova Andes nesses três dias apontaram para as dificuldades da atual diretoria do Sindicato Nacional em fazer frente aos ataques do governo Bolsonaro-Mourão. A gestão do ANDES Sindicato Nacional nos últimos anos se especializou em fazer críticas aos governos do PT, fazendo embates no âmbito

de uma gestão democrática, que cultivava o diálogo e não a truculência e ou a indiferença diante dos movimentos sociais.

A resistência aos governos de extrema direita que tem se instalado na América Latina exige um movimento social proativo voltado para a organização da classe trabalhadora e isso tem que se converter em práticas que permitam a interlocução com todos os movimentos sociais e populares e não apenas aqueles que coadunam com a direção do sindicato. Essa cultura estabelecida pela direção do sindicato nos últimos anos retirou da categoria uma capacidade de mobilização que era histórica. A universidade pública brasileira, por sua capacidade de compreensão da sociedade, pautada em estudos e análises, foi sempre o espaço de onde emergiu os principais movimentos reivindicatórios acerca da educa-



ção pública, gratuita, laica e de qualidade social, indispensáveis à transformação social e a emancipação dos povos.

Da reunião supracitada resultou o documento Defender a Educação Pública, os Serviços Públicos e a Democracia: pelo fim do Governo Bolsonaro-Mourão!, indicando a atuação do Fórum Renova Andes para o próximo período que inclui a apresentação nas assembleias de base propostas a compor o texto base que será discutido no 39º Congresso apontando para a defesa de política salariais da categoria, da carreira, de condições de trabalhos, entre outras pautas específicas, mas aponta também para questões macro como a re-

sistência frente aos ataques aos serviços e aos servidores públicos, a privatização, o avanço do fascismo e às políticas do eixo do mal Guedes, Bolsonaro-Mourão.

Vale lembrar que em 2020 haverá eleição sindical no ANDES-SN e o Fórum Renova Andes apresenta-se como alternativa para que o Sindicato Nacional, um dos mais representativos do Brasil, retome seu papel combativo e revolucionário frente a extrema direita que ocupa os mais importantes espaços de poder no país. A Articulação de Esquerda é Renova Andes! ★

Mariuza Aparecida Camillo Guimarães é professora da UFMS

As tarefas da UNE para 2020

■ Lucas Reinehr

O futuro das universidades segue ameaçado e incerto, e para barrar a agenda neoliberal, a União Nacional dos Estudantes deve travar importantes batalhas no próximo período.

O ano de 2019 marcou importantes lutas do movimento estudantil brasileiro. Desde o início do ano, o governo de Jair Bolsonaro demonstrou seu compromisso em acabar com a educação pública, impondo cortes de verbas às universidades e desmoralizando as instituições de ensino superior brasileiras. Nesse percurso, o cargo de Ministro da Educação, que inicialmente havia sido ocupado por Ricardo Vélez Rodríguez, foi concedido a Abraham Weintraub, responsável por implementar a passos largos diversas medidas de desmonte da educação, contidas na agenda neoliberal. As universidades federais desconhecem seu futuro e temem a privatização, a escassez de recursos e a evasão estudantil.

Mas se em 2019 houve luta estudantil, o horizonte para 2020 precisa ser de batalhas maiores e mais intensas. Mesmo que tenhamos participado de mobilizações contra os cortes, contra o Future-se e em defesa da educação pública, o Ministro da Educação segue maldizendo as universidades, o Future-se continua em tramitação – ainda que tenha sido sucintamente modificado –, as bolsas seguirão sendo cortadas e a previsão é que haja uma redução imensa nas verbas das universidades, reverberando principalmente na assistência estudantil e nas pesquisas científicas. Durante esse ano, as primeiras mobilizações, em especial as do dia 15 de maio, foram grandes, porém, os atos que deram sequência não obtiveram tanto sucesso. Para alcançar mo-



bilizações massivas e contínuas, a União Nacional dos Estudantes precisa avaliar sua atuação e colocar tarefas fundamentais no horizonte de lutas do próximo ano.

Seja pela moderação da atual direção majoritária da UNE, seja pelo distanciamento que a entidade teve de muitas universidades nos últimos anos – e do conjunto da sociedade –, o principal desafio da União Nacional dos Estudantes hoje é voltar a ser uma ferramenta de referência para os estudantes e para o povo brasileiro, incidindo na luta por educação e também na política geral do país. Para isso, o ano de 2020 exige tarefas imprescindíveis da UNE: uma maior presença nas universidades, através da UNE Volante, a interiorização do movimento estudantil, através do fortalecimento das UEEs e também da presença da UNE em universidades federais e privadas do interior, a luta permanente contra os cortes, contra o Future-se e a realização de mobilizações que nos levem à retomada de um projeto popular de universidade. As lutas da UNE devem ser construídas com toda a rede do movimento estudantil, desde as entidades de base até as entidades gerais, o movimento de Casas Estudantis, e envolver também estudantes que estão na luta em defesa de seus grupos de pesquisa, seus projetos de extensão, grupos PET, etc.

O cenário apresentado para o próximo ano é catastrófico: com

o corte de verbas – que resultam também da EC 95 – e a tentativa de implementar o programa Future-se, mesmo com um alto nível de rejeição, as universidades brasileiras serão o prato feito da agenda neoliberal. O Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) que garante a permanência de milhares de estudantes da classe trabalhadora no ensino superior, também sofrerá redução em seu orçamento, prejudicando as políticas de assistência estudantil. Em um país onde a pobreza aumenta cada dia mais, reduzir as políticas de permanência só serve para dificultar o acesso e a permanência de estudantes pobres nas universidades e transformá-la em um lugar cada vez mais elitizado. Nesse cenário, milhares de estudantes terão apenas dois caminhos: o trabalho precarizado concomitante aos estudos, ou a evasão – nesse caso, também para ocupar postos de trabalho precarizados. A luta em defesa da assistência estudantil, de uma universidade popular e contra os cortes no PNAES devem ser o centro da luta da União Nacional dos Estudantes.

Visando a obtenção de vitórias na defesa da educação e mudanças no curso da política brasileira, a União Nacional dos Estudantes tem o dever de dar as mãos à classe trabalhadora e aos movimentos sociais. Compreender a luta estudantil passa por entender suas potencialidades e também suas limitações. Os estudantes organizados

O ano de 2020 exigirá fôlego e disposição do movimento estudantil, que deverá estar permanentemente nas ruas e adotar uma postura de enfrentamento real ao governo de Jair Bolsonaro. Defender as universidades públicas envolve a luta contra o Future-se, contra os cortes no PNAES e pela revogação imediata da EC 95.

têm um grande poder nas mãos, porém a derrota permanente de Bolsonaro passa necessariamente pela luta da classe trabalhadora. Para isso, a UNE tem um importante papel de construir suas lutas em unidade com as centrais sindicais, os movimentos populares e a importante tarefa de fazer um contraponto à narrativa imposta pela direita sobre as universidades e sobre a esquerda. É papel dos estudantes fazer a disputa cultural, através de comitês estudantis, da propaganda e da presença no dia a dia da população, demonstrando para quem servem as universidades e por qual fim é a nossa luta.

O caminho é longo, a luta não é fácil e os pés estão cansados. Mas somente caminhando em direção ao que queremos é possível evitar a barbárie. O ano de 2020 exigirá fôlego e disposição do movimento estudantil, que deverá estar permanentemente nas ruas e adotar uma postura de enfrentamento real ao governo de Jair Bolsonaro. Defender as universidades públicas envolve a luta contra o Future-se, contra os cortes no PNAES e pela revogação imediata da EC 95. E para garantir que as universidades sigam sendo um lugar acessado pelo povo, não há nenhuma mediação: o caminho é através da luta popular. ★

Lucas Reinehr é estudante de Jornalismo na UFSM (Universidade Federal de Santa Maria) e diretor de Assistência Estudantil da UNE

PED: balanço geral

■ Patrick Araujo

A realização do sétimo congresso do Partido dos Trabalhadores teve como uma de suas etapas a participação dos filiados e das filiadas no Processo de Eleições Diretas – PED, ocorrido no dia 08 de setembro, quando votou-se para presidente municipal e zonal, para direção municipal, para chapa de delegados aos congressos estaduais e para as chapas de delegados ao congresso nacional.

Segundo dados divulgados pela Secretaria Nacional do Organização (SORG) no dia 20 de setembro, 351.034 filiados e filiadas ao PT compareceram para votar. Destes, 328.241 votos foram considerados válidos para as chapas de delegados nacionais, uma vez que 12.964 votos foram brancos e 9.829 votos foram nulos.

Não obstante o número de quase treze mil pessoas que foram até os locais de votação e optaram por não votar em nenhuma das chapas nacionais, destaca-se o fato de que o número total de pessoas que compareceram (351.034) representa apenas 17,2% do total de filiados e filiadas aptas a votar (2.040.882).

No cenário político vivido pelo país e particularmente pelo que vive o PT, esse percentual é muito ruim. Um de seus significados mais evidentes é o de que menos de ¼ dos filiados ao partido quiseram, puderam ou se mobilizaram para decidir os rumos que o PT tomará nos próximos quatro anos. Evidencia também os limites desse modelo de eleição das direções, no qual o conjunto do partido é acionado apenas para votar e não para debater a tática, a estratégia e avaliar coletivamente a política adotada pelas direções.

Além disso, outro péssimo sinal foi emitido pelo resultado nacional do PED e pela condução dada pela maioria da Comissão Organizadora Eleitoral (COE) do

congresso. Da mesma forma que ocorreu com o PED anterior, uma imensa quantidade de denúncias de fraudes e irregularidades foram apresentadas. No entanto, o resultado do PED foi convertido em definitivo pela COE e ratificado pela executiva nacional do partido, de forma que os congressos estaduais ocorreram e o congresso nacional se realiza sem a apreciação dos recursos, com bancadas artificializadas e que distorcem a correlação de forças dentro do PT.

Das chapas nacionais inscritas, aquela que representa a atual maioria da direção do partido obteve sozinha maioria absoluta dos votos válidos (167.853). Isso significa dizer que a chapa “Lula Livre para mudar o Brasil”, impulsionada pela tendência Construindo um Novo Brasil (CNB), indicará sozinha 409 delegados dos 800 delegados ao congresso nacional.

As denúncias de fraudes e irregularidades, se apuradas, atingiriam diretamente o resultado da chapa da CNB. Fica evidente que este fator foi decisivo para que tanto a COE quanto a executiva nacional, que são compostas em sua maioria por representantes desta tendência, decidissem por ignorar as contestações e impor uma maioria absoluta que está, em certa medida, sustentada em práticas que devem ser expurgadas do partido.

A chapa “Em tempos de guerra, a esperança é vermelha”, construída pela tendência petista Articulação de Esquerda, conseguiu manter o mesmo tamanho obtido ao menos nos últimos dois processos de disputa, recebendo cerca de 5% da votação nacional. Portanto, uma chapa construída por uma única tendência, que defende uma estratégia diferente daquela que hoje é hegemônica no partido, que não teve o apoio de nenhum governo de estado e de

As denúncias de fraudes e irregularidades, se apuradas, atingiriam diretamente o resultado da chapa da CNB. Isso explica por que a COE e a Executiva decidiram ignorar as contestações

nenhum senador, conseguiu um resultado individualmente semelhante ou até mesmo superior ao obtido pela maioria das tendências do campo identificado como “esquerda petista”.

No que diz respeito aos congressos estaduais, um balanço mais geral é de que as chapas construídas pela CNB e seus aliados conseguiram vencer a maioria das disputas, como foi o caso de AL, GO, PA, PE, SP, RJ, MG, CE, BA, SE, RN, sendo que nos casos de SP, RJ, BA e MG, uma série de denúncias de fraudes, violência, distorções e mudanças de regras para beneficiar a apuração de votos foram cometidas, mas aceitas e ratificadas pela COE. Em estados como a PB e o MS não houve disputa e as novas direções estaduais foram compostas por meio de acordo en-

tre todas as chapas.

A chapa construída pela Articulação de Esquerda junto a outras forças da esquerda petista foi vitoriosa no RS. No mesmo sentido, as chapas apoiadas ou construídas pela AE levaram à polarização em PE e permitiram que houvesse debate, como em SE e no RN. Diante das profundas distorções causadas pelo PED, a melhor maneira de seguir disputando os rumos do PT é apresentando as posições e discutindo com o conjunto da militância. Como disse Lula, democracia é polarização. Só assim construiremos uma política à altura daquilo que o PT precisa. ★

Patrick Araujo é dirigente nacional da AE



FALA VALTER

Nesta entrevista à redação do Página 13, Valter Pomar, candidato à presidência nacional do Partido dos Trabalhadores, resume seu ponto de vista sobre a conjuntura e o congresso petista.

Página 13. *O que estará em jogo no 7º Congresso Nacional do PT?*

Valter Pomar: Há na minha opinião três questões fundamentais: qual nossa estratégia frente à guerra que a classe dominante vem implementando contra a classe trabalhadora; qual nossa tática contra o governo Bolsonaro e seus aliados golpistas; e como deve funcionar e atuar o Partido, para que sejamos capazes de ajudar a conscientizar, organizar e mobilizar a classe trabalhadora, inclusive os setores que se distanciaram de nós.

Vimos que durante o PED a CNB, corrente majoritária, conseguiu, com a ajuda de grupos satélites, escamotear o debate interno e obter um grande número de delegados. Teremos “mais do mesmo” durante o 7º Congresso?

VP: A CNB, em 2005, conseguiu 42% dos votos. Em 2018 eles deveriam ter obtido um número semelhante. Porém, devido as fraudes, as irregularidades e a falta de debate, eles chegarão ao Congresso com maioria absoluta. Mas existem diferenças entre os integrantes da CNB. Se eles não agirem em bloco, o Congresso pode, apesar de tudo, reservar algumas surpresas positivas.

Graças à pressão popular e às contradições internas do bloco golpista no poder, conseguimos libertar Lula, e portanto ele provavelmente comparecerá e participará do 7º Congresso. Que papel você acredita que Lula terá no 7º Congresso?

VP: Lula se converteu no presidente de fato do PT. Espero que ele use esta influência para impedir que a CNB transforme o Congresso num “evento”, onde haverá muito discurso e pouco debate. E espero que ele contribua para que o Partido saia do Congresso com fogo nos olhos, para derrotar o governo Bozo e todos os golpistas.

*Como candidato a presidente do PT pela chapa **Em Tempos de Guerra a Esperança é Vermelha**, quais serão os pontos programá-*

ticos que a AE e você pretendem destacar nos debates?

VP: Que debates? O regulamento previa que ocorreriam 5 debates entre as candidaturas presidenciais. Até agora não ocorreu nenhum debate. Independente disso, vamos seguir defendendo um partido militante e de combate, engajado nas lutas sociais, não apenas nem principalmente nas eleições. Vamos defender uma estratégia que vise conquistar o poder, para implementar reformas estruturais e o socialismo, sem conciliação nem ilusões no imperialismo, no grande capital e nas forças de centro-direita. E como diz a nossa tese, defendemos construir uma “frente popular contra a agenda ultraliberal do bolsonarismo, da centro-direita e da mídia oligárquica, em defesa dos direitos, das amplas liberdades políticas e sociais e da soberania. Queremos pôr fim ao governo Bolsonaro o mais rapidamente possível, através de eleições livres e democráticas. E as eleições só serão livres, se delas Lula puder participar. Fora Bolsonaro, Fora Mourão, Moro, Guedes e toda a corja que chegou ao governo graças ao golpe de 2016, à condenação e prisão de Lula, à fraude de 2018”.

Os governadores petistas Rui, Wellington e Camilo e setores ultrapragmáticos da CNB são hoje os grandes defensores de uma política rebaixada de negociação com o governo Bolsonaro e de acordos e alianças com setores golpistas. Esta questão virá à tona durante o Congresso?

VP: De fato, há setores do PT que ontem defendiam “virar a página do golpe” e hoje defendem tratar o governo Bolsonaro como um governo normal e legítimo. Assim como há quem defenda que Lula deve ser moderado. O Congresso deve afirmar uma política oposta: radicalidade na oposição ao bolsonarismo, ao golpismo e ao ultraliberalismo. Uma radicalidade que não pode ser apenas retórica, tem que estar sustentada na mobilização de massa.

O cenário de aguda luta de classes na América Latina, com destaque para Bolívia, Chile, Equador e Haiti, poderá influenciar positivamente os debates? Temos o que aprender com as experiências recentes da Venezuela, Argentina e Uruguai?

VP: Depois da eleição da Argentina, muitos setores da esquerda latino-americana passaram a imaginar que se havia detido e começado a reverter a ofensiva reacionária. Como se estivessem de volta os “bons tempos”, nos quais o que decide é a vontade que o povo manifesta nas urnas.

O golpe na Bolívia confirmou que não é assim. Para um setor importante das classes dominantes latino-americanas, as urnas só valem quando eles vencem. O golpe na Bolívia confirmou, também, que a postura das forças armadas venezuelanas é a exceção, não a regra. E confirmou que de pouco ou nada adiantam as concessões, os recuos, os acenos, os diálogos, as renúncias: prevalece em amplos setores do lado de lá uma disposição assassina, violenta e implacável por “dar uma lição” para os “insolentes” que “não sabem o seu lugar”.

Espero que os governos progressistas e de esquerda, como o de Alberto Fernández e Cristina Kirchner na Argentina, estejam atentos para isso.

Ao mesmo tempo, a rebeldia popular no Equador, no Haiti e no Chile demonstrou que a insurreição de massas é um dos caminhos das classes trabalhadoras frente às ditaduras neoliberais!

Qual seria o saldo político ideal para o Congresso? Que resoluções precisaríamos aprovar para sair dele com um programa e uma estratégia à altura dos enormes desafios da atualidade brasileira?

VP: O saldo político ideal é se, para além das resoluções, conseguimos eleger uma direção e uma presidência nacional que estejam sintonizados com a necessidade de termos um “partido para tempos de guerra”. ★



VALTER POMAR é militante do Partido dos Trabalhadores.

Desde os anos 1980, assumiu diversas tarefas, entre as quais dirigente zonal e municipal, secretário de comunicação do Diretório Regional de São Paulo, terceiro vice-presidente nacional (1997-2005), secretário de relações internacionais e secretário executivo do Foro de São Paulo (2005-2013).

Desde 2013 é suplente do Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores.

Trabalhou com formação política no Instituto Cajamar, foi diretor da revista *Teoria e Debate* e do *Linha Direta*, integrante da equipe responsável pelo jornal *Brasil Agora*, editor do jornal *Página 13* e da revista *Esquerda Petista*.

Trabalhou com o prefeito David Capistrano na prefeitura de Santos (SP) e com a prefeita Izalene Tieni como secretário de Cultura, Esportes e Turismo na prefeitura de Campinas (SP).

Atualmente é professor de Relações Internacionais e da pós-graduação de Economia Política Mundial na Universidade Federal do ABC.

Também integra o corpo docente da Escola Latinoamericana de História e Política. ★

PÁGINA 13 PUBLICA A TESE AO 7º CONGRESSO NACIONAL DO PARTIDO DOS TRABALHADORES “EM TEMPOS DE GUERRA, A ESPERANÇA É VERMELHA”.

Vivemos tempos de guerra. Guerra de ricos contra pobres. Guerra de empresários contra trabalhadores. Guerra do agronegócio contra os camponeses, indígenas e quilombolas. Guerra de latifundiários urbanos contra o povo sem teto. Guerra de especuladores contra aposentados. Guerra de machistas contra as mulheres. Guerra de racistas contra negros e negras. Guerra dos intolerantes contra as LGBT. Guerra de conservadores contra a juventude. Guerra de fascistas contra as liberdades democráticas. Guerra da ignorância contra a cultura e a educação libertadoras. Guerra dos imperialistas contra as nações periféricas. Guerra do capitalismo contra a humanidade. Guerra da morte contra a vida.

A classe trabalhadora, o povo pobre, camponeses, indígenas, quilombolas, sem teto, aposentados, mulheres, negros e negras, LGBT, juventude, democratas, povos de todo o mundo precisamos vencer esta guerra. Só assim teremos um mundo em que caibam todas e todos, igualdade, liberdades democráticas, soberania, integração, outro mundo possível, o socialismo. Ou vencemos esta guerra, ou será a barbárie.

Nossos inimigos têm a seu favor o Estado, os grandes meios de comunicação, o poder econômico, a manipulação de corações e mentes. Nós, das classes oprimidas e dominadas, temos a nosso favor a organização. É a organização que nos permite conscientizar, mobilizar, lutar, resistir; que nos permite, mais cedo ou mais tarde, conquistar o poder para as classes trabalhadoras poderem construir um novo Brasil e um novo mundo.

Quando criminalizam o pensamento de esquerda, reprimem os movimentos sociais, sufocam o sindicalismo, matam Marielle, prendem Lula, tentam cassar a

legenda do PT, nossos inimigos buscam inviabilizar a organização da classe trabalhadora. Frente a cada um destes ataques, nossa resposta é e continuará sendo organizar um partido para tempos de guerra.

Se quisermos vencer, devemos começar nos libertando de todas as ilusões. A ilusão dos que acreditavam que se a esquerda desistisse da revolução e do poder, a direita desistiria dos golpes e das ditaduras militares. Que se desistíssemos da expropriação dos capitalistas, estes aceitariam a distribuição de renda e poder. Que se deixássemos de lado o antiimperialismo, os Estados Unidos e seus amigos aceitariam a integração regional e respeitariam nossa soberania. Que se a esquerda fosse a campeã do republicanismo e do “estado de direito”, o outro lado abriria mão do “estado da direita”.

O que aconteceu? O golpe de 2016, Lula preso e um cavernícola na Presidência. Apesar disso, há setores que se recusam a fazer a autocrítica das ilusões! Dizem que o golpe foi causado porque não soubemos “dialogar”; que as forças armadas apoiaram o golpe porque foram “provocadas”; que a condenação e prisão de Lula foram obra apenas de Moro e Dallagnol, não do “partido do judiciário”, do “partido da mídia” (Globo à frente), do “partido dos generais” e do Grande Capital. Que Haddad seria eleito se atraísse o “centro”; que o go-

verno de Bolsonaro é frágil; que a libertação de Lula depende apenas de convencer este ou aquele juiz; que o grande empresariado já se deu conta de que era feliz e não sabia.

A cada derrota, os semeadores de ilusões buscam novas. Não conseguem perceber que na luta de classes vale a máxima: “Se queres a paz, prepara-te para a guerra”. Lula pode ser libertado, Bolsonaro pode ser derrotado, nossos inimigos podem ser divididos, podemos derrotar a direita nas eleições de 2020 e 2022, podemos voltar a governar o país. Mas para isso só há um caminho: lutar, lutar e lutar. E os que vivem no mundo das ilusões não conseguem lutar adequadamente.

A luta será mais ou menos longa, a depender do que ocorra no mundo; das divisões na coalizão golpista; e, principalmente, de nossa capacidade de conscientizar, organizar e mobilizar a classe trabalhadora.

O 7º Congresso será palco de muitas batalhas: da democracia contra a fraude; do partido de luta, contra a legenda eleitoral; do partido antissistema, contra a politicagem tradicional e fisiológica; da oposição radical, contra a frouxidão; das reformas estruturais e do socialismo, contra a social-democracia e o social-liberalismo. Além disso, o 7º Congresso será uma batalha entre quem cultiva ilusões e quem semeia esperanças.

PODER, REFORMAS E SOCIALISMO

O golpe de 2016 confirmou que o fato de termos conseguido vencer por quatro vezes as eleições presidenciais não quer dizer que o PT e a classe trabalhadora tenham chegado ao poder. O golpe confirmou que para defender um governo eleito é essencial combinar luta institucional com mobilização social e disputa cultural. O golpe confirmou que para transformar o Brasil não bastam distribuição de renda, políticas públicas e sociais: são necessárias reformas estruturais, que reduzam substancialmente o poder econômico e político dos capitalistas, inclusive para impedir golpes que não apenas desfazem os avanços, como também nos empurram de volta para uma situação em parte similar ao Brasil dos anos 1920: um país subalterno, de economia primário-exportadora, desindustrializado, a questão social tratada como “caso de polícia”, um Estado de exceção com forte influência dos militares.

Alguns setores argumentam que entre 2003 e 2014 não havia correlação de forças para fazer muito além do que se fez: disputar eleições, governar, implementar políticas públicas que tiraram dezenas de milhões do Mapa da Fome, ampliaram o acesso a educação, a moradia, a luz, geraram renda e empregos, fortaleceram a soberania e a integração. Argumentam que se tivéssemos tentado implementar reformas estruturais, teríamos sido derrubados!



Acontece que disputamos as eleições presidenciais em 1989, 1994 e 1998 e ganhamos as de 2002, 2006, 2010 e 2014; não fizemos nada além do permitido pela Constituição e, em muitos casos, ficamos aquém do que a Constituição previa. Mesmo assim o governo encabeçado pelo PT foi derrubado. E desde o golpe, a classe dominante vem tomando novas medidas com o intuito de impedir que possamos disputar eleições, assumir governos e implantar políticas públicas transformadoras.

O PT precisa adotar uma nova estratégia, adequada a esta nova situação. Ou seja, articular de uma nova maneira a luta cultural, a luta social, a luta eleitoral-institucional, a auto-organização da classe, as relações internacionais, a política de alianças, o programa e a questão do poder:

1) Compreender que estamos numa época internacional de crises, guerras e rupturas, que torna ainda mais atual a luta pelo socialismo. O PT é um partido socialista, luta contra a exploração do trabalho pelo capital, defende a derrota e a superação do capitalismo. A crise internacional de 2008 demonstrou que o capitalismo segue extremamente instável, propenso a crises brutais, que se desdobram em “guerras” comerciais, políticas, culturais — e guerras propriamente ditas. Essa crise também revelou que o capitalismo neoliberal é incapaz de reformar a si mesmo: é cada vez menor a chance de convivência pacífica entre, de um lado, o capitalismo, e de outro lado as políticas de bem estar social e as liberdades democráticas. Assim como é cada vez menor a chance de convivência pacífica das grandes potências entre si e destas com os países periféricos. As lutas entre as classes sociais dentro de cada país, bem como as disputas e conflitos entre os Estados nacionais, tendem ao acirramento. Parte da

esquerda brasileira não acredita nisso. Por isso, deixa o socialismo na “fila de espera”. Antes de 2008, fazia isso porque considerava que o socialismo não seria necessário ou pelo menos não seria urgente. Afinal, estaríamos conseguindo avançar, melhorar a vida do povo, ampliar as liberdades, afirmar a soberania, construir a integração regional, mudar pouco a pouco o mundo, mesmo sem tocar nas bases estruturais do capitalismo existente no Brasil. E agora, aquele setor da esquerda defende continuar mantendo o socialismo na “fila de espera”, porque pensa que a tarefa seria resistir, impedir o desmonte, recuperar o terreno perdido. E depois, quem sabe, quando tudo voltar ao normal, recolocar na ordem do dia bandeiras de mais longo prazo, como o socialismo. Os que pensam desta forma convertem o socialismo em absolutamente nada: não seria necessário quanto a classe trabalhadora está forte e não seria factível quanto está fraca. A experiência latino-americana (1998-2018) e a experiência da socialdemocracia europeia (1945-91) demonstram que a sobrevivência das reformas e dos avanços depende não do capitalismo, mas sim da correlação de forças entre capitalistas e classes trabalhadoras. E por mais que as classes trabalhadoras melhorem suas posições, se elas não avançarem sobre a propriedade dos meios de produção e dos instrumentos de poder, os capitalistas sempre terão os meios para “colocar as coisas no seu devido lugar”. Por isso é imprescindível adotar uma estratégia socialista, ou seja: uma estratégia que visa fazer a classe trabalhadora construir e conquistar os meios de produção e os instrumentos de poder;

2) Estabelecer como principal objetivo programático superar a desigualdade, o que passa por derrotar o capital financeiro, os

oligopólios, as transnacionais, o agronegócio, colocando a economia brasileira sob controle da classe que realmente produz as riquezas: a classe trabalhadora. Apenas nestes novos marcos estruturais, que combinam medidas democrático-populares com medidas socialistas, nossas políticas públicas — como o Sistema Único de Saúde — terão pleno êxito;

3) Estabelecer como principal objetivo estratégico a conquista do poder, converter as classes trabalhadoras em classes dominantes, não se contentando em ser governo e sem ter ilusões no caráter supostamente neutro do aparato estatal. No Brasil, a classe dominante sempre controlou o poder de Estado, raramente tendo perdido o controle dos governos e parlamentos. Lutamos por um Estado de novo tipo, incluindo aí a democratização e regulação dos meios de comunicação, do sistema judiciário e das forças armadas, de tal forma que estejam a serviço da maioria da população brasileira. A classe dominante tem “DNA” golpista e não tem escrúpulos em violar a lei e reprimir com máxima violência para fazer valer a sua dominação. Também por isso a classe trabalhadora deve lutar pelo poder, não apenas pelo governo. É a luta pelo poder só terá completo êxito quando a maioria do povo brasileiro fizer uma grande revolução política, social e cultural;

4) Abandonar a ilusão de que a classe capitalista, ou qualquer uma de suas frações, é ou pode vir a ser aliada estratégica das classes trabalhadoras. Não defendemos a construção de um “capitalismo nacional, democrático e popular”. A única aliança capaz de transformar o Brasil é a unidade entre a classe trabalhadora assalariada e a classe trabalhadora de pequenos proprietários;

5) Incluir em nossa política de alianças governos, partidos e mo-

vimentos de outros países, especialmente da América Latina e Caribe. Nossa história é marcada pela subordinação e dependência às potências estrangeiras: primeiro aos portugueses, depois aos ingleses, hoje aos Estados Unidos. Subordinação que sempre incluiu a colonização do pensamento! O caminho para superar esta situação é enfrentar o imperialismo, afirmando nossa soberania nacional em todos os terrenos: econômico, político, militar e ideológico. Privilegiamos a integração regional, reconstruindo instituições como Celac e Unasul e sustentando organizações como o Foro de SP. Devemos, também, estreitar relações com os países africanos, árabes e asiáticos; e valorizar os laços diplomáticos dentro do BRICS, com Rússia, China, Índia e África do Sul;

6) Travar a luta cultural, de ideias, de visão de mundo, a disputa de hegemonia necessária para construir uma consciência de classe socialista-revolucionária, democrática-radical e nacional-popular. O debate sobre a Previdência deixou clara a importância desta luta: vivemos para trabalhar ou trabalhamos para viver? A sociedade deve ser baseada na solidariedade ou é cada um por si? Outro exemplo é a luta pela liberdade de Lula e anulação de suas penas: para além da importância estritamente política, também possui enorme significado cultural. A prisão de Lula não visava apenas impedir a vitória eleitoral, ou reduzir a capacidade de luta contra as políticas do governo Bolsonaro. A condenação e prisão de Lula têm imensa carga simbólica: visam paralisar, amedrontar e desmoralizar a classe trabalhadora, por meio do encarceramento da figura que simboliza o que de mais avançado esta classe produziu desde os anos 1970. Por isso, a luta pela libertação de Lula e anulação de sua pena possui importância transcendental;

7) Entender que a luta social (a mobilização independente das classes trabalhadoras em torno de objetivos imediatos), a luta eleitoral (a disputa por espaços no aparato estatal) e a ação institucional (dos mandatos, governos e outras instituições do Estado) são diferentes formas que a luta de classes assume, sendo necessário analisar concretamente a centralidade de cada uma e a relação entre elas, a cada momento dado. Hoje, a centralidade é da luta social. E nossa participação nas eleições de 2020 deve estar a serviço de uma tática nacionalizada de oposição radical ao governo Bolsonaro, com uma política de coligações eleitorais coerente com isso;

8) Priorizar a auto-organização independente das classes trabalhadoras. O caminho para mudar o Brasil passa pela luta contra os capitalistas e a principal arma da classe trabalhadora nessa luta é a organização: os sindicatos, os movimentos, as entidades estudantis como UNE, UBES e outras, o MST, a CUT, a Frente Brasil Popular e, com destaque, o PT. Todas as organizações do campo democrático, popular e socialista estão chamadas a mudar seus métodos de trabalho e atuação, especialmente em quatro terrenos: a) funcionamento e método de direção, b) organização de base e relação cotidiana com as classes trabalhadoras, c) mobilização e luta de massa, d) comunicação e formação política;

9) Construir uma frente popular que acolha todas e cada uma das lutas de todos os setores explorados, dominados e oprimidos. Nosso Partido luta pelos direitos das mulheres, especialmente das trabalhadoras! Defendemos os direitos dos negros e das negras, que constituem a maior parte da classe trabalhadora, lembrando que o Brasil é um dos países com maior número de afrodescendentes do mundo inteiro. O PT está engajado nas lutas pelos direitos das lésbicas, gays, bissexuais, tra-

vestis, transexuais e transgêneros, num dos países onde mais assassinatos são cometidos contra esses segmentos da população. Estamos na linha de frente das batalhas em defesa da juventude, num país em que grande parte da população tem menos de 30 anos, filhos e filhas da classe trabalhadora. O PT coloca-se ao lado dos povos indígenas, que desde a chegada dos invasores coloniais vêm sendo vítimas de expropriação, massacres e todo tipo de violência. O PT é parte integrante da luta dos quilombolas, dos Sem Teto e dos Sem Terra. O PT está engajado nas lutas ambientais, na defesa da apuração rigorosa e punição dos crimes de Mariana e Brumadinho; na defesa da Amazônia e do Cerrado contra a devastação promovida pelo agronegócio e pelo setor madeireiro; na luta pela reestatização da Vale. O PT reafirma o seu compromisso histórico com a luta pelos direitos humanos e com os avanços expressos no PNDH 3 e no relatório final da CNV: os crimes contra a Humanidade são imprescritíveis e devem ser punidos.

ORGANIZAR E ENRAIZAR O PETISMO

A questão organizativa central é nosso diálogo e enraizamento junto à classe trabalhadora. Temos uma classe trabalhadora diferente, mais precarizada, mais influenciada por pensamentos capitalistas e de direita. O desafio de organizar a classe trabalhadora inclui políticas de comunicação de massa e a construção de núcleos de base, casas do povo e centros culturais, enraizando o petismo nos locais de trabalho, estudo e moradia. Inclui políticas de assistência social e ação direta do Partido junto a quem foi empurrado para o desemprego e a miséria. Inclui, ainda, financiamento militante e de massa, bem como políticas permanentes de comunicação e de formação. Sem este nível de organização, não teremos nenhuma chance contra a operação que a máquina do Es-

tado está promovendo contra a classe trabalhadora e contra o PT.

As instâncias partidárias devem ser capazes de agir no dia a dia da luta de classes, dirigindo um partido que faça política também nos anos ímpares, não apenas em anos de eleição. As direções atuais do PT não funcionam coletivamente, são pouco executivas, com dirigentes atuando como num parlamento. Para agravar, há governadores eleitos pelo PT que afrontam publicamente as posições do Partido, sem que a atual direção os enquadre. E há tendências que atuam como partidos-dentro-do-partido, convertendo o PT em mera legenda eleitoral e tratando a base como “massa de manobra”, convocada a cada quatro anos para eleger as direções e depois mandada de volta para casa.

Para poder dirigir a luta cotidiana e a luta pelo socialismo, o PT precisa ser de massas militantes, que participem de organismos de base, com acesso à comunicação e à formação política; que sustentem financeiramente o Partido; e que não apenas elejam, mas também controlem os parlamentares, dirigentes e figuras públicas do Partido. Entre as medidas indispensáveis e urgentes, citamos:

- uma política de comunicação de massas que articule um jornal impresso nacional, revistas, rádio, televisão e redes sociais digitais;
- reconstruir a rede de organizações de base e fortalecer as instâncias em detrimento dos centros de comando paralelo localizados, principalmente, nos gabinetes parlamentares e executivos;
- ampliar a influência do petismo na classe trabalhadora, com atenção especial para as mulheres, juventude, negros e negras, moradores da periferia e setores do povo que hoje estão sob influência de concepções políticas e religiosas conservadoras;

- construir um feminismo socialista que contribua para organizar a luta das mulheres trabalhadoras e que supere na prática o machismo que continua presente na sociedade e nas organizações do povo;
- construir uma JPT militante e de massas, que supere seu profundo processo de dispersão, desorganização e burocratização;
- retomar e massificar o trabalho de formação, com ênfase nos aspectos politicoideológicos e teóricos;
- viabilizar o autofinanciamento do Partido, que não deve depender nem de recursos empresariais (como antes), nem do financiamento público (como agora).

FORA BOLSONARO E TODOS OS GOLPISTAS! ELEIÇÕES LIVRES!!

O 7º Congresso do PT realiza-se em meio a uma situação mundial, regional e nacional marcada por crises profundas e ameaças de guerra, por ataques do grande capital e da extrema direita, mas também por rebeliões e vitórias populares.

A expressão mais recente deste cenário contraditório é o golpe na Bolívia, que confirma que para os EUA e seu “departamento de colônias” (a OEA), bem como para a classe dominante boliviana e suas mídias, para a extrema direita e toda a fauna de fascistas e criminosos, as eleições só valem quando eles ganham.

O PT reafirma sua solidariedade ao povo boliviano e ao presidente Evo Morales, bem como seu apoio aos que lutam contra o golpe. Apoiamos, também, os povos rebeldes do Equador, do Haiti e do Chile, que demonstraram que a insurreição de massas é um dos caminhos das classes trabalhadoras frente às ditaduras neoliberais! Saudamos o resultado obtido por Daniel Martinez e

pela Frente Amplio do Uruguai, bem como por Alberto Fernández e Cristina Kirchner na Argentina! Reafirmamos, também, nosso apoio aos que defendem a paz na Colômbia.

No Brasil, o governo Bolsonaro e seus aliados de centro-direita, com apoio da mídia oligopolista, seguem implementando um programa de destruição dos direitos, das liberdades e da soberania, finalizando a contrarreforma da Previdência Social (PEC 6/2019) sem que houvesse a necessária mobilização popular contrária; cooptando setores da esquerda para aprovar a cessão da base de Alcântara. Entretanto, apesar de toda vergonha, apesar das entranhas à mostra do PSL, apesar do envolvimento do clã Bolsonaro com os assassinos de Marielle Franco, as pesquisas confirmam que o governo da extrema direita, escudado no “partido” das forças armadas e das polícias militares, segue recebendo importante apoio.

O governo da extrema direita ainda não está desmanchando: a luta contra ele pode ser mais curta ou mais longa, a depender da consciência e disposição de luta das classes trabalhadoras. E a reação popular virá mais cedo e será mais exitosa, a depender da linha política e da ação prática das lideranças do povo, a começar pela ação do PT.

O caminho para derrotar Bolsonaro e a coalizão golpista ultraliberal não será o mesmo que adotamos para derrotar FHC e os tucanos neoliberais entre 1995 e 2002. Entre outros motivos, porque a coalizão responsável pelo golpe de 2016, pela prisão e interdição de Lula, e pela vitória de Bolsonaro, não quer apenas nos derrotar, quer destruir a esquerda e o PT.

A direita não tem a menor dúvida sobre nosso papel histórico: sabe que, na história do Brasil, o petismo é a mais forte e a mais importante experiência organi-



zativa de quem vive do trabalho, de quem sofre opressão e dominação. Sabe que sem a força do PT, não será possível derrotar o golpismo, nem futuramente convocar uma Assembleia Nacional Constituinte, medida indispensável para construir um Brasil justo, democrático e igualitário.

É para derrotar o PT e o conjunto da esquerda que Bolsonaro e a extrema direita defendem a ditadura. Mas a realidade conspira contra seus desejos. Pois mesmo que o “apagar das luzes” de 2019 traga alguma melhora da situação econômica e social, graças à geração de empregos de baixa remuneração que sempre ocorre nos finais de ano, o resultado das políticas de Bolsonaro é a destruição do presente e do futuro do Brasil.

O PT não se recusa a fazer alianças pontuais com quem deseje derrotar esta ou aquela política de Bolsonaro, mas não construirá uma “frente” com setores de direita e centro-direita que apoiaram o golpe, que atacaram e seguem atacando a soberania, os direitos e as liberdades, e que tentam desde já viabilizar um ultraliberalismo sem Bolsonaro em 2022.

O que o PT construirá, portanto, será uma frente popular contra a agenda ultraliberal do bolso-

narismo, da centro-direita e da mídia oligárquica, em defesa dos direitos, das amplas liberdades políticas e sociais e da soberania. Frente que se materialize nas lutas de massa e nas disputas eleitorais, a começar por 2020.

Uma frente que, além de fazer oposição radical e de massas ao “programa” do governo Bolsonaro, também deve apontar uma saída política para a situação que vivemos: queremos pôr fim a esse governo o mais rapidamente possível, através de eleições livres e democráticas. E as eleições só serão livres, se delas Lula puder participar. Fora Bolsonaro, Fora Mourão, Moro, Guedes e toda a corja que chegou ao governo graças ao golpe de 2016, à condenação e prisão de Lula, à fraude de 2018.

A luta por anular as condenações e reestabelecer os direitos políticos plenos de Lula é parte da luta por derrotar os golpistas, derrotar Bolsonaro, revogar as medidas adotadas por eles, adotar um programa em defesa da soberania nacional, dos direitos sociais e das liberdades democráticas.

Neste sentido, a decisão do STF contra a prisão em segunda instância foi uma importante vitória, que reflete as pressões populares e a repercussão internacional das revelações sobre as inúmeras ile-

galidades e fraudes processuais cometidas pela Operação Lava Jato. Mas não devemos nos iludir: mesmo a direita que aceita Lula livre, quer mantê-lo condenado e sem direitos políticos. Por isso devemos seguir a pressão popular pela libertação definitiva de Lula, que só virá com a anulação de suas penas e a recuperação de seus direitos políticos.

A luta por Lula definitivamente Livre segue inseparável das demais lutas do povo brasileiro, inclusive porque sua condenação e prisão ilegal sintetizaram uma série de gravíssimos problemas que afetam a população brasileira, não resolvidos ou até agravados em nossos próprios governos, como por exemplo o caráter profundamente conservador e antidemocrático do poder judiciário e o encarceramento em massa, por meio da utilização abusiva da prisão preventiva e de outros procedimentos judiciais e repressivos.

Tanto para resistir quanto para derrotar a coalizão golpista, o PT precisa de uma nova estratégia, que nos permita reconquistar o apoio da maioria da classe trabalhadora, condição para trilhar um caminho que nos leve não apenas a uma vitória eleitoral, mas ao poder. Queremos ajudar a construir as condições necessárias não apenas para derrotar Bolsonaro e o ultraliberalismo, mas também para construir um Brasil democrático, popular e socialista.

É para tudo isso que precisamos de um “partido para tempos de guerra”, organizado e militante, orientado pela esperança vermelha de quem sabe que o futuro da humanidade depende da vitória do socialismo.

8 de novembro de 2019,
dia de Lula Livre!!!

**Viva o Partido dos
Trabalhadores e das
Trabalhadoras!!!** ★

Dezembro, janeiro e depois

■ Daniela Matos

O Congresso Nacional do PT ocorre de 22 a 24 de novembro de 2019, e depois é hora de descansar e aproveitar o fim de ano, certo? Errado!

Passado o Congresso, temos uma série de compromissos na agenda política da Articulação de Esquerda, além de seguir na mobilização pela anulação dos julgamentos de Lula, e pela derrota do governo Bolsonaro e de suas medidas anti-povo.



Juventude da AE

A XII Conferência Nacional da Juventude da AE, dias 24 e 25/01/2020

A eleição das/os delegadas/os para a Conferência Nacional será feita em Conferências Municipais e/ou Intermunicipais, convocadas especialmente para este fim pelas respectivas Direções Estaduais da AE. Nos casos nos quais as direções estaduais não funcionem, a CNJAE, ad referendum DNAE, convocará as conferências estaduais e municipais.

A pauta da XII Conferência é a seguinte:

- a) A situação e organização da juventude trabalhadora no Brasil;
- b) Concepção sobre a Juventude do PT e a Juventude da Articulação de Esquerda;
- c) Desafios e perspectivas do PT e da AE no movimento estudantil;
- d) Balanço e organização da Juventude da Articulação de Esquerda;
- e) Eleição da nova Coordenação Nacional de Juventude da Articulação de Esquerda.

O texto-base terá sua versão final aprovada pela Direção Nacional da AE, em reunião dia 13/12/2019.

PLENÁRIA NACIONAL

A plenária nacional ocorrerá nos dias 13, 14 e 15/12/2019, em São Paulo, na sede nacional do PT, com a seguinte pauta:

- a) análise da conjuntura e tática em 2020;
- b) balanço do congresso do PT e as tarefas da AE.

Participarão, com direito a voz e voto, todos os dirigentes da tendência (todo militante que ocupe cargos de direção na tendência, em qualquer nível; no partido, em qualquer nível; nos movimentos sociais, em qualquer nível; em governos e mandatos) que estejam em dia com suas obrigações financeiras.

Poderão participar, sem direito a voz e voto, todos os militantes da tendência que estejam em dia com suas obrigações financeiras.

A programação é a seguinte:

13/12, sexta, 14h - reunião da DNAE;

19h - debate aberto (com convidados) sobre a situação política

14/12, sábado, 9h - leitura, debate e aprovação da resolução proposta pela DNAE sobre balanço do congresso do PT, a conjuntura, a tática e as tarefas políticas da AE;

14h - reunião em grupos para debater os seguintes temas (um tema por grupo):

- 1) comunicação, finanças e organização da tendência;
- 2) movimentos sociais e lutas de massa;
- 3) construção do Partido dos Trabalhadores;
- 4) eleições 2020;
- 5) cultura;
- 6) LGBT;
- 7) combate ao racismo.

18h - noite livre e reunião da comissão de sistematização

15/12, domingo, 9h - apresentação do relatório de sistematização e aprovação do plano de trabalho 2020 da AE

13h - encerramento da reunião

Lutas Urbanas

De 24 de janeiro a 02 de fevereiro de 2020 uma série de atividades ocorrerão em São Paulo. Os custos de transporte, hospedagem e alimentação correm por conta de cada participante.

Uma delas é o **Seminário Nacional de Lutas Urbanas**, dias 24 e 25/1/2020

Participarão militantes da AE que atuem nos movimentos de luta por moradia; de luta por transporte; de luta por saúde; conselhos tutelares; movimentos de desempregados; catadores de papel; sindicatos de servidores municipais; cooperativismo

Constam da pauta:

- a) debate geral sobre o momento político;
- b) debate sobre a luta pelas reformas, em especial aquelas ligadas às lutas urbanas e o que elas representam; nossa concepção sobre os movimentos de lutas urbanas e seu papel na transformação da sociedade brasileira;
- c) debate sobre nossa organização: mapeamento da atuação dos militantes da AE e o papel de cada um; como fomentar este debate nacionalmente; a construção da nossa intervenção.

Jornada de Formação A 19ª Jornada Nacional de Formação, de 27 a 31/01/2020, oferecerá o curso:

CURSO “PARTIDO DOS TRABALHADORES 40 ANOS: HISTÓRIA, PROGRAMA, ESTRATÉGIA, ORGANIZAÇÃO E DESAFIOS”

O curso será aberto à militância da AE e a todo militante petista.

A taxa de inscrição será definida até dezembro. Pela primeira vez, a estadia não será no local do curso, e possibilidades de alojamento gratuito e hospedagem solidária estão sendo verificadas.

As noites serão ocupadas por atividades definidas pelos alunos no momento da apresentação do curso, podendo ser desde noite livre até aulas sobre outros temas, debates, atividades culturais etc.

27 DE JANEIRO

8h/12h: Apresentação dos participantes; apresentação do curso; regras do local

“O Brasil e o Mundo antes de 1980”: Aula panorâmica sobre a situação internacional, latinoamericana e brasileira até o final dos anos 70 (grandes lutas, grandes questões)

14h/18h: “A Fundação do PT” : Como estavam a esquerda e a classe trabalhadora na segunda metade dos anos 70; as polêmicas e as lutas do período; as opções feitas pelos vários setores da esquerda, inclusive aqueles que deram origem ao PT; como foi a fundação do Partido

28 DE JANEIRO

8h/12h: “O Brasil nos anos 80”: Período final da ditadura militar; campanha das Diretas Já; o Colégio Eleitoral; a eleição de Tancredo e a posse de Sarney; o governo Sarney; até a eleição de 1989. Descrição do Brasil no período e a situação mundial (ascensão do neoliberalismo, crise do campo socialista)

14h/18h: “A Trajetória do PT nos Anos 80”: Lutas sociais, fundação da CUT e MST, reconstrução da UNE; a formação e o funcionamento do Partido, as polêmicas internas do período; criação da Articulação; as eleições de 82, 85, 86, 88; a eleição de 1989, Campanha Lula

29 DE JANEIRO

8h/12h: “O Brasil nos Anos 90”: O mundo nos anos 90: a queda do Muro de Berlim, o fim da URSS, a crise do campo socialista, a guinada à direita da socialdemocracia, a nova onda neoliberal com discurso de centroesquerda; no Brasil: governo Collor, a campanha Fora Collor, a posse de Itamar, a preparação da vitória de FHC, a vitória de FHC e seus dois governos neoliberais

14h/18h: “O PT no período neoliberal”: A reação do Partido à derrota de 89; a proposta

de uma política de centroesquerda; a reação da esquerda partidária; 8º Encontro Nacional do PT; a formação da Articulação de Esquerda; campanha de 1994; as disputas dentro do PT; a retomada do controle partidário pela Articulação; a presidência de José Dirceu; a implementação da política de centroesquerda, em especial nas eleições de 1996, 1998, 2000 e 2002.

30 DE JANEIRO

8h/12h: “O Brasil no período dos governos Lula e Dilma”: Panorama do que aconteceu no Brasil e no mundo no período 2002/2016 (da campanha Lula até o golpe contra Dilma)

14h/18h: “O PT no período dos governos Lula e Dilma”: Como o partido se posicionou e atuou frente a este período (2002 a 2016)

31 DE JANEIRO

8h/12h: “O Brasil pós-golpe - 2016 a 2020”: Governo Temer, eleição 2019, governo Bolsonaro

14h/18h: “O PT no período pós-golpe”: Atuação do PT no último período, até o 7º Congresso do PT

Conferência Sindical

A Conferência Sindical da AE será realizada nos dias 30 e 31/01/2020

Serão delegadas/os as/os militantes da AE em dia com suas obrigações financeiras que forem eleitas/os entre as/os militantes da AE de sua respectiva base sindical em reunião de base especialmente convocadas para este fim.

Sindicatos e oposições nacionais poderão realizar a reunião por meio virtual, mediante solicitação e autorização da coordenação sindical nacional, respeitados os mesmos critérios das reuniões presenciais.

A pauta da Conferência Nacional Sindical da AE é a seguinte:

- a) conjuntura e tática;
- b) a construção e a disputa de rumos da CUT;
- c) balanço da situação interna e tarefas; e
- d) eleição da nova Coordenação Sindical Nacional;

Mulheres da AE



A Plenária Nacional de Mulheres será nos dias 01 e 02/02/2020

Participarão, com direito a voz e voto, todas as mulheres em dia com suas obrigações com a tendência, que sejam dirigentes da tendência em qualquer nível (que ocupe cargos de direção na tendência, no partido, nos movimentos sociais e sindical, nos mandatos da AE, ou em governos do PT); tenham sido candidatas nas eleições de 2016 ou 2018; tenham sido delegadas nos Congressos Estaduais e/ou no 7º Congresso Nacional do PT, no 13º Concut e/ou respectivos Cecuts ou no 57º CONUNE).

A pauta da Plenária é a seguinte:

- a) Conjuntura e as mulheres da classe trabalhadora;
- b) Balanço da política de mulheres do PT;
- c) Informe Elas por Elas e tática das mulheres da AE para a eleição de 2020;
- d) Política das mulheres da AE nos movimentos - MMM, AMB, Mulheres da CUT, MMC e outros);
- e) Balanço da organização das mulheres da AE (maio de 2018 a janeiro de 2020);
- f) Construção da Conferência Nacional de Mulheres da AE e tarefas de fevereiro a abril de 2020.

A 5ª Conferência Nacional das Mulheres da Articulação de Esquerda tem indicativo de acontecer de 18 a 21/04/2020.



Daniela Matos é dirigente nacional da AE